

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM
28-11-2018.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Elizandro Sabino, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, a Presidenta declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Paulo Brum e Reginaldo Pujol. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 112/18 (Processo nº 1253/18), de autoria de Cláudio Janta; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 136/18 (Processo nº 1301/18), de autoria de João Carlos Nedel. Também, foi apregoado o Ofício nº 1056/18, do Prefeito, em exercício, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 016/18 (Processo nº 1361/18). Ainda, foram apregoados os seguintes Processos SEI, informando participações em eventos, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento: nº 026.00031/2018-82, de autoria de Cassio Trogildo, no dia vinte e dois de novembro do corrente, no Grande Expediente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em homenagem ao centésimo aniversário da Independência da Polônia, em Porto Alegre; nº 004.00018/2018-45, de autoria de Dr. Thiago, no dia vinte e oito de novembro do corrente, em palestra com o tema “Novembro Azul – Promoção e Proteção à Saúde do Homem”, na Câmara Municipal de Gravataí – RS –; e nº 037.00069/2018-44, de autoria de Márcio Bins Ely, do dia vinte e oito ao dia trinta de novembro do corrente, em reunião do Conselho Federal de Corretores de Imóveis, em Foz do Iguaçu – PR. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Sofia Cavedon, André Carús, Roberto Robaina e Felipe Camozzato. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Fernanda Melchionna, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 005/18, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/18 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 165/17, discutido por Fernanda Melchionna; e, em 2ª Sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 012/18. Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 209/17 (Processo nº 1809/17), após ser discutido por Sofia Cavedon, Dr. Goulart, Adeli Sell, Felipe Camozzato, Paulinho Motorista, João Bosco Vaz, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Cláudio Janta, Reginaldo Pujol, Fernanda Melchionna, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Marcelo Sgarbossa e encaminhado à votação por Felipe Camozzato, Airto Ferronato, Fernanda

Melchionna, Elizandro Sabino, Comandante Nádia, Sofia Cavedon e Cláudio Janta. Na ocasião, foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por João Carlos Nedel, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 209/17. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 209/17, por vinte votos SIM e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Felipe Camozzato e Comandante Nádia, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e optado pela Abstenção Cassiá Carpes. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 209/17, por vinte e um votos SIM, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 209/17, por quinze votos SIM, cinco votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Fernanda Melchionna, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, este com Declaração de Voto, Roberto Robaina e Sofia Cavedon, votado Não Comandante Nádia, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz e Mendes Ribeiro e optado pela Abstenção Cassiá Carpes. A seguir, por solicitação de Cláudio Janta, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Antero Alt. Foi aprovado Requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 074/17 (Processo nº 0798/17). Em continuidade, foram apregoadas as Emendas nºs 01, assinada por Fernanda Melchionna, e 02, assinada por Fernanda Melchionna e João Carlos Nedel, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 188/17 (Processo nº 1455/17), e foi aprovado Requerimento de autoria de Fernanda Melchionna, solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Também, foi apregoada a Subemenda nº 01, assinada por Moisés Barboza, à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 362/17 (Processo nº 3140/17). Ainda, foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Cassiá Carpes e João Carlos Nedel, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 078/17 (Processo nº 0813/17), e foi aprovado Requerimento de autoria de Cassiá Carpes, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Em prosseguimento, foram apregoados os seguintes Requerimento, deferidos pelo Presidente, solicitando votação em destaque para emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 010/18 (Processo nº 1302/18): de autoria de Márcio Bins Ely, para as Emendas nºs 07, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 15, 20 e 21 e para a Subemenda nº 01 à Emenda nº 14; de autoria de José Freitas, para as Emendas nºs 87, 88, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 103 e 105; de autoria de André Carús, para as Emendas nºs 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 77,

78, 79, 84, 85, 86 e 107; de autoria de Aldacir Oliboni, para as Emendas nºs 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 84, 106 e 107; de autoria de Sofia Cavedon, para as Emendas nºs 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126 e 127; de autoria de Fernanda Melchionna, para as Emendas nºs 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 131, 132 e 133; de autoria de Sofia Cavedon, para as Emendas nºs 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35; de autoria de Prof. Alex Fraga, para as Emendas nºs 66, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75 e 76; de autoria de João Bosco Vaz, para as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 36, 81, 82, 83, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129 e 130; e de autoria de Alvoni Medina, para as Emendas nºs 62, 63, 64 e 65. Durante a Sessão, Cassiá Carpes e Sofia Cavedon manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezessete horas e trinta minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Felipe Camozzato, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por João Carlos Nedel, Mônica Leal e Cláudio Janta e secretariados por José Freitas. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidente, Ver.^a Mônica Leal, colegas vereadoras e vereadores, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Sejam bem-vindos.

Queria, em nome da nossa bancada, do Partido dos Trabalhadores, colocar em evidência um assunto que preocupa muito os cidadãos e cidadãs da nossa Cidade, de modo especial da região leste de Porto Alegre. Começo lendo um artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, no art. 53, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Nesse sentido, a lei assegura igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Depois de outros direitos, o que mais me chamou atenção: “Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.”

O governo municipal, através da SMED, anunciou o fechamento de uma creche municipal aqui na região leste de Porto Alegre, mais precisamente na comunidade da Vila Maria da Conceição. A EMEI Unidos da Paineira é uma escola comunitária de educação infantil, que fica na Vila Maria da Conceição, na Rua Tobias Barreto. Esta creche tem, até o momento, 49 crianças; portanto, são 49 famílias que ficarão... Espero que o governo ou o Ministério Público resolva isso a tempo, até porque o governo já anunciou o fechamento desta creche. Já houve uma infinidade de manifestações da comunidade, trancando a Av. Bento Gonçalves, a Rua Barão do Amazonas, inclusive encaminhando uma denúncia, junto com o Conselho Tutelar, ao Ministério Público de Contas, que por sua vez, até o final da semana, estará dando sua opinião com relação ao fechamento da creche. Acontece, Ver. Bosco, que, ao lado desta

creche que fechou, está em reforma um prédio público. Por que não o governo acelerar a reforma deste prédio público, até o final do ano, para não fechar a creche? Inclusive ampliaria o número de vagas para 72; portanto, 30 vagas a mais! O que o poder público fez, através da SMED? Rescinde o contrato de locação desta casa e tenta deslocar as crianças para outras creches que ficam a mais de cinco quilômetros de distância! Como as famílias vão se deslocar para levar essas crianças? Como estas famílias vão de deslocar para colocar essas crianças? E mais do que isso: o governo anunciou que, destas 49 crianças, estaria realocando apenas 32; e as outras 17, vão para onde? É lamentável que o governo tome posição desta natureza, eu diria descabida, desleal, injusta, atingindo o coração dessas pessoas na medida em que elas vão ter que deixar o emprego para cuidar das crianças, atingindo profundamente o orçamento familiar.

Portanto, a bancada do PT se soma ao Conselho Tutelar que encaminhou a denúncia a todos os moradores, para que a SMED consiga não fechar a escola, como trabalhar a ideia de reforma desse novo prédio, possibilitando então ampliação de vagas para esta comunidade, porque são poucas. Uma creche com 49 vagas, e a reforma desse prédio levaria, praticamente, a 30 vagas a mais. Por que não trabalhar com antecedência? Para que fechar? Nós sabemos que a maior parte das creches tem uma demanda enorme com mais de 100, 200, 300 na fila! A Escola Padre Ângelo Costa, que fica em frente à Igreja São José do Murialdo, na Região Leste, tem mais de 300 crianças na fila aguardando uma vaga, pois o governo resolve fechar uma das creches em Porto Alegre. Fazemos um apelo, junto com vários mandados que estão acompanhando a movimentação que as famílias e a comunidade estão fazendo, para que o Ministério Público e o Tribunal de Contas possam, de fato, dizer ao governo que isso é desumano – é desumano! Que o governo possa rever a decisão tomada pela SMED, e retome a ideia de renegociação, ou da locação, ou da reforma do prédio, para trazer a solução definitiva e atender às crianças. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, todos nós temos as nossas inquietações pessoais e profissionais. Eu já me inquietei e me estressei muito com as operadoras de telefonia celular – e continuo cobrando qualidade de seus serviços. E agora me incomoda muito a questão dos planos de saúde. Ontem, a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH, junto com a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM, fizeram uma reunião conjunta para discutir essa questão, com os vereadores Aldacir Oliboni, André Carús, Comandante Nádia, José Freitas. Quando eu cheguei, a reunião estava se encaminhando, e, surpreendentemente, nenhum convidado dos planos de saúde compareceu. É óbvio: não querem dar explicação! Os planos de saúde exploram as pessoas, exploram os mais velhos; os planos de saúde

limitam o número de consultas por médico; os planos de saúde compactuam com os hospitais: baixa em tal hospital com plano de saúde; se tu tens direito a um quarto privado, te botam com mais uma pessoa; os planos de saúde não respeitam os idosos; os planos de saúde se negam, muitas vezes, a dar o remédio – agora há um decreto que diz que tem que dar quando necessário –; alguns exames os planos de saúde não querem autorizar, exigem explicação do médico sobre a necessidade daquele exame. Eu não vou dizer que a sociedade está perdida, Ver. Cassio, porque ainda temos gente muito boa. Agora me revolta muito esse tipo de empresa, esse tipo de empresário que só visa ao lucro, enquanto o cliente, o usuário está em décimo, vigésimo lugar. Eu estive conversando com o Ver. Freitas, conversei com o Ver. Oliboni, com a Ver.^a Nádia, com o Ver. Carús, e vou dizer uma coisa, vereador, pelo desrespeito, nós deveríamos abrir uma CPI dos planos de saúde aqui! Convocá-los! Eles têm que vir aqui! Trazer Ministério Público, trazer Judiciário, trazer Procon. O Ver. Carús fez um encaminhamento na reunião de ontem, e a Ver.^a Nádia, Presidente da CEDECONDH, já encaminhou ao Procon para saber o número de reclamações. Sou capaz de jogar aqui que está taco a taco: operadoras de telefonia e planos de saúde, porque nem um nem o outro tem respeito. Então, tem que chamar esse pessoal aqui, porque, se convida para tentar discutir, para tentar conversar, para tentar entender como funciona essa questão dos planos de saúde, não vem ninguém. Ficam os vereadores lá sentados, parados, conversando. Mas é óbvio, agora eu me dou conta, eles não têm o que explicar. O que eles vão explicar? Então, Ver. Robaina, vamos fazer uma CPI, vamos abrir essa caixa-preta dos planos de saúde, vamos ver de que forma eles tratam os idosos, de que forma eles encaminham essas autorizações de exames, os reajustes também, que são abusivos, principalmente para quem faz 60 anos.

Então, nós temos também que nos ocupar dessas pautas aqui, não são só as operadoras de telefonia que incomodam, que inquietam; outros setores também. E esse setor de plano de saúde precisa ser investigado. E dependendo da resposta, agora, que o Procon vai mandar, a pedido do Ver. André Carús e da Ver.^a Comandante Nádia e outros vereadores, vamos propor essa CPI aqui para abrir essa caixa-preta. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; vereadores e vereadoras, a Comissão de Finanças, que eu presido, ontem, realizou uma importante reunião nesta Casa com o secretário municipal da Saúde, Dr. Erno Harzheim, que veio explicar quanto custa a saúde em Porto Alegre. E ficamos, então, sabendo que, para o ano que vem, a saúde vai custar R\$ 1,8 bilhão em Porto Alegre, cerca de R\$ 200 milhões a mais do que o ano de 2018.

O secretário discorreu longamente sobre o funcionamento da sua secretaria, dizendo que, neste ano, a demanda por medicamentos aumentou, assim como aumentou o número de leitos, de baixa e média complexidade, diminuindo, então, a fila de espera. E acabou com o déficit de leitos de UTI. E foi a primeira cidade do Brasil a fazer rastreamento do câncer de intestino. Também a secretaria reformulou os editais de contratação de conveniadas, para que na lei do menor valor seja leva em consideração a qualidade do serviço contratado. E também informou que comprou mais um tomógrafo para o Hospital de Pronto Socorro. Agora tem dois tomógrafos em funcionamento lá no Pronto Socorro. Para 2019 a Secretaria Municipal da Saúde vai focar os esforços na saúde primária, aumentando o número de contratos e convênio com instituições privadas, pois de acordo com a Secretaria os serviços próprios custam muito mais caro do que os serviços das contratualizadas. Um exemplo que ele citou muito claramente é que o Hospital de Pronto Socorro custa ao Município R\$ 12 milhões por mês, ao passo que um hospital relativamente do mesmo porte, como o Independência, custa três vezes menos do que o Pronto Socorro. Também a secretaria pretende transformar as unidades básicas de saúde da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus em UPAs para receber mais recurso do governo federal, ou seja, com muito trabalho a gestão a secretaria está oferecendo melhores serviços, diminuindo filas e atendendo à população. Também cabe ressaltar a inauguração do Hospital Santa Ana, que colocou à disposição do Município 205 leitos para serem utilizados, exclusivamente, pelo SUS. Também o Hospital da Restinga trocou de operador, agora o operador é o Hospital Vila Nova, e o diretor técnico, Ver.^a Mônica Leal, é o Dr. Casartelli, que foi nosso colega aqui, vereador desta Casa, ele é o diretor técnico do Hospital da Restinga. Estive lá visitando esse hospital, e ele apresenta quatro excelentes condições. Existem quatro salas de cirurgia, foi ampliada a UTI e vários exames já são feitos diretamente lá, no hospital. Muita gente não está a par do que está acontecendo na saúde de Porto Alegre. Então, nos precisamos divulgar as coisas boas que tem o nosso Município, e a saúde, gerida pelo Dr. Erno Harzheim, é um dos bons exemplos que nós temos na nossa Cidade. Muito obrigado Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente Mônica, senhoras e senhores, vereadores e vereadoras; Fernanda, Robaina, falo em nome das nossas duas bancadas, tentando trazer o contexto desses 16 dias de ativismo. Esses 16 dias, aqui no Rio Grande do Sul, começaram no dia 20 de novembro e vão até o dia 8 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. São 16 dias de luta, no mundo inteiro, para erradicar a violência contra a mulher. Hoje, o Presidente da República, com quem temos muitas divergências, lança um programa para atuar no combate à violência contra a mulher. Não é mais uma pauta de mulheres da esquerda ou das feministas; é uma pauta

da ONU, é uma pauta dos países que compreendem os dados alarmantes de aumento de violência contra as mulheres, só por serem mulheres. Então, são políticas institucionais. No Brasil tivemos, no ano de 2017, 4.473 assassinatos de mulheres, destes 4.473, Ver.^a Fernanda, nossa procuradora da mulher, 946 foram caracterizados como feminicídio – isso que há uma subnotificação aí, ainda há uma dificuldade de identificação! Gente, 946 significa quase três mulheres por dia no Brasil assassinadas por serem mulheres, por seus, na grande maioria, namorados, relações afetivas, ex-namorados, ex-maridos, padrastos, são várias situações. Esse dado é tão preocupante quanto o dado da violência de forma geral, é real e vem aumentando.

Quero, inclusive, Ver. Nedel, dizer que a sua assessoria me mostrou um gráfico muito importante: aqui no Rio Grande do Sul, diferente do Paraná, nós estamos com o número de feminicídios aumentando, enquanto o Paraná conseguiu uma linha descendente de feminicídios. Se essa violência, destacada das violências gerais, nos indica que estamos longe de erradicar a violência contra a mulher só por ser mulher, ela também tem que nos dizer que nós precisamos de providências novas, de políticas novas, porque nós já temos a legislação que identifica o crime, nós temos a Lei do Feminicídio, que é recente, nós temos a Lei da Maria da Penha, que é uma legislação que caracteriza as diferentes violências contra a mulher, penaliza e prevê uma rede de proteção, uma rede de precaução, uma responsabilização de todos os órgãos, de todos os entes federados. No entanto, a legislação e as estruturas que construímos até agora para coibir a violência demonstram-se insuficientes. E nós precisamos buscar as causas e precisamos buscar as causas e precisamos trabalhar nas causas da violência. Esses 16 dias de ativismo nos exigem novas alternativas, e nós fizemos três seminários aqui nesta Casa discutindo esse tema da violência contra a mulher e a educação. A Comandante Nádia foi a última procuradora, e ela comandou o último seminário; os outros dois foram realizados no período em que eu era procuradora. Agora a Ver.^a Fernanda está trabalhando, marcou essas atividades nestes 16 dias de ativismo, segue trabalhando o compromisso que esta Câmara tem com a erradicação da violência contra a mulher. E claramente o sexismo, que é o encaminhamento na formação dos homens e das mulheres em homens e mulheres desiguais, em mulheres inferiores em relação aos homens, em mulheres submetidas aos homens por serem mulher. Então, hoje à tarde, nós queremos discutir. Aqui, a maioria é composta por homens, e não estão no mesmo lado para olhar da maneira que as mulheres conseguem olhar, mas eu tenho certeza que aqui são homens, na maioria, que percebem a necessidade urgente de ações, de reflexões, de uma política que altere a formação de sujeitos para não produzirmos mais homens que cometam violência contra a mulher. É esse o desafio que eu gostaria que, coletivamente, Ver. Oliboni, pudéssemos indicar um caminho, e que Porto Alegre pudesse ser protagonista nesse sentido.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sra. Presidente, Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu utilizo aqui o espaço do nosso partido, o MDB, porque nós estamos na véspera – o prazo se encerra na semana que vem – da conclusão da discussão e votação da proposta da Lei Orçamentária para 2019. Já tivemos o parecer da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento – CEFOR, a minoria das emendas foi aprovada pelo Relator para que seguissem tramitando, e as demais foram rejeitadas, e os vereadores exercendo um direito que tem, que é seu, regimental, estão destacando, e nós vamos conseguir travar, a partir daí, com o destaque daquelas emendas que não foram aprovadas, um bom debate para que a peça orçamentária saia do perfil de uma obra de ficção e se traduza em realidade e possa garantir recursos mesmo diante das dificuldades para aquelas áreas essenciais e tão reclamadas pela população.

E, por último, eu quero fazer uma referência a um outro projeto importante que, por acordo das duas últimas reuniões do Colégio de Líderes, que nós devemos iniciar a discussão e votação tão logo seja concluída a do Orçamento, que é o projeto sobre o mobiliário urbano. E conseguimos, com o projeto do mobiliário urbano, estabelecer um importante canal de diálogo do poder Legislativo com o poder Executivo. Recebemos, na semana passada, inclusive, não formalmente, mas por meio de uma minuta, algumas considerações do poder Executivo municipal, por meio da Secretaria de Parceiras Estratégicas sobre o projeto do mobiliário. Mas é consenso entre os vereadores, e vale ressaltar que esse é um projeto que tem 18 autores, é um projeto que nasceu de três meses de muito trabalho da Comissão Especial que presidimos no ano passado, é um projeto que enxerga o presente e o futuro da Cidade. E também já existem outras emendas protocoladas de autoria dos vereadores que vão ser discutidas. Mas o fato é que existe um consenso aqui na Casa e na sociedade de que é preciso qualificar o mobiliário de Porto Alegre. Primeiro aquele mobiliário que gera renda, oportunidade e emprego, que são as bancas de jornais, que também devem diversificar os itens que hoje são comercializados nesses locais. O avanço da mídia digital fez com que as bancas também demandem a necessidade da sua reinvenção, e por isso, a exemplo do que acontece em países vizinhos, nas capitais do Uruguai, Montevidéu, ou Buenos Aires, na Argentina, lá nós temos bancas comercializando outros produtos que vão além dos jornais e das revistas.

Quem utiliza o transporte público hoje, Ver. Robaina, não tem nos abrigos de ônibus, em muitos casos, principalmente na periferia da Cidade, nenhuma condição que lhe dê segurança, iluminação, ou lhe de condições de saber qual o itinerário das linhas que passam por ali, porque o mobiliário também, seja financiado pelo poder público ou na parceria com setor privado, deve ofertar serviços para o cidadão, o mobiliário não deve ser só um negócio que coloque dinheiro nos cofres municipais, ele vai, sim, incrementar receita, vai ajudar a arrecadação municipal, mas vai devolver para o cidadão equipamentos ou elementos em condições. A própria EPTC, nos trabalhos da comissão, admitiu que o déficit das placas com nome de rua em Porto Alegre é de 75 mil. Como um taxista, como um transportador individual de passageiros por aplicativo, como um entregador de encomendas ou um servidor dos Correios vai localizar o endereço se não tem nome na placa daquela rua? Nós queremos que a publicidade seja

explorada no mobiliário, respeitadas todas as normas já existentes de controle da poluição visual, e fazer com que o mobiliário seja integrado à paisagem urbana com sustentabilidade e em favor do cidadão, porque só o orçamento público não comporta a demanda que temos para melhorar o mobiliário, é preciso o apoio da iniciativa privada. Vamos, tenho certeza a partir da próxima semana, iniciar essa discussão, e tenho absoluta convicção que faremos a aprovação desse projeto e a regulamentação posterior do poder Executivo um grande exercício coletivo para o bem da Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mônica, vereadores, vereadoras, público que nos assiste, eu, em nome do PSOL, portanto, da nossa Ver.^a Fernanda Melchionna, do Prof. Alex Fraga, queria fazer duas considerações sobre dois assuntos: primeiro, apoiando, em nome da nossa bancada, o projeto que está em Pauta no dia de hoje da Ver.^a Sofia Cavedon. É projeto importante, de valorização das ações educacionais contra o machismo e, portanto, um projeto de prevenção contra a violência nas escolas, que atinge as meninas, as adolescentes, as jovens. Portanto, um projeto importante do ponto de vista civilizacional, educacional, que é, na verdade, a contracara de um outro debate muito ruim que tem ocorrido na educação, que é um debate antieducacional, que é sobre o chamado Escola sem Partido, nome indevido, porque a escola sem partido é necessária, escola não tem que ter partido. Mas, na verdade, o conteúdo desse projeto não é a escola sem partido, é a escola com mordaza, esse é o debate. Mordaza, sobretudo, aos professores, à liberdade de cátedra, à liberdade de ensino. Nós sabemos que a educação é regida por leis, e essas leis são respeitadas, existem currículos, os currículos das escolas privadas, os currículos das escolas públicas.

Nós tivemos, no dia de hoje, um contraponto importante, no jornal Zero Hora, do presidente do Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul, Sr. Bruno Eiserik. Ele esteve aqui numa audiência pública que foi feita sobre essa questão. O presidente do Sindicato do Ensino Privado deu uma definição muito importante. Ele não pode ser acusado de esquerdista, é o presidente do sindicato das escolas privadas. Ele disse que fica claro que os protagonistas na luta pelo Escola sem Partido não têm qualquer relação com o ensino ou com a educação dos nossos jovens. Diz ele: “Não me parece que esse assunto mereça a relevância que está sendo dada. Precisamos, sim, tratar de assuntos mais importantes, e o primeiro deles é como investir na formação de nossas crianças e jovens, começando pela educação infantil.” Eu acho que nós temos que priorizar exatamente isto: a educação, e não pautar, na educação, debates que não têm nada a ver com a melhoria do ensino para os nossos jovens, para as nossas crianças. Essa é a primeira consideração.

A segunda consideração que eu queria aproveitar esta tribuna para fazer é sobre uma luta que eu acho que a Câmara de Vereadores tem obrigação de travar. Estive conversando e articulando com o nosso amigo Ver. João Bosco Vaz. Nós discutimos – e o João Bosco tem um projeto sobre isso – sobre a necessidade de a Câmara debater o problema dos espaços públicos. Hoje em dia, para fazer uma atividade em Porto Alegre, uma atividade social, uma atividade cultural, uma atividade esportiva sem fins lucrativos, uma atividade de patrocínio privado, com muito esforço, é difícilimo. Nós tivemos – e o Ver. Prof. Alex e a Ver.^a Fernanda acompanharam – o II Festival do Zumbi dos Palmares, um festival de *hip hop*, para o qual foi difícilimo encontrar um espaço que a Prefeitura pudesse ceder para ocorrer o evento. É um Festival que ajuda, do ponto de vista do entretenimento, da cultura, que tenhamos, de fato, uma canalização para que a juventude tenha espaços na Cidade para poder fazer *hip hop*, para poder fazer samba, para poder fazer esporte. Esse espaço está cada vez menor e cada vez mais privatizado no sentido de que o governo só libera quando há pagamento para a sua utilização e para aqueles tipos de atividade que o governo acha interessantes. Nós tivemos aqui, por exemplo, no Anfiteatro Pôr do Sol, o evento da Heineken; a Heineken apresentou uma contrapartida pequena – pelo que ouvi e sei que o Ver. João Bosco fez um pedido de informações –, pelas informações que tenho, de R\$ 35 mil. E a Feira do Livro é ameaçada de não acontecer por falta de recursos. A Heineken deu como contrapartida R\$ 35 mil por uma interferência que foi de, pelo menos, dez dias no trânsito da região central; aí, sim, teve impacto! Nas atividades que o prefeito Marchezan acha importantes não têm problema ter impacto ambiental e não importa se as empresas pagam uma ninharia; mas nas atividades culturais e esportivas, que são feitas de baixo para cima, das comunidades, da juventude, das entidades sem fins lucrativos, como são as do Sistema S, para essas não têm espaço. Então, nós queremos debater os espaços públicos, não é possível que sejam privatizados. Nós precisamos de espaços públicos com regras claras, evidentemente, mas a nossa sociedade precisa de espaço para a cultura, para o lazer, para a música e para o esporte. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL) (Requerimento):

Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente, eu queria aproveitar o momento, pois quando eu estava chegando o Ver. João Bosco Vaz estava se referindo sobre a reunião da CEDECONDH ocorrida ontem. Ontem mesmo, ao final da tarde, recebi uma ligação de pessoas relacionadas ao Procon informando que eles não

receberam os convites. Portanto, é bom que a Câmara esclareça, urgentemente, sob pena de estarmos criticando, com razão, aqui dentro, mas sem razão devido a esse mal-estar que se criou. Eu acho que a Casa tem de dar uma explicação ao plenário, porque os vereadores não viram a presença dessas instituições. Como eu recebi essa informação, ontem, ao final da tarde, agora estou contatando, estou esperando a Ver.^a Comandante Nádia aqui para falar, porque senão fica um mal-estar da Casa, e parece que as comunicações não chegaram aos órgãos, como o Procon, para que pudessem estar presentes ontem à tarde na referida reunião. Só para esclarecermos, para resolver esse mal-entendido, porque quem sabe, futuramente, eles venham.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro. Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1242/18 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 005/18, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que altera o inc. I do § 5º do art. 116 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, estabelecendo o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total da despesa autorizada para abertura de créditos suplementares na lei orçamentária anual.

PROC. Nº 0885/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 015/18, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que inclui parágrafo único no art. 29 e altera o *caput* e os §§ 1º e 2º do art. 30, todos na Lei Complementar nº 197, de 21 de março de 1989 – que institui e disciplina o imposto sobre a transmissão “inter-vivos”, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos –, e alterações posteriores, estipulando casos em que a Fiscalização da Fazenda Municipal terá de apresentar laudo que fundamente a reestimativa fiscal feita a partir de requerimento do contribuinte.

PROC. Nº 1454/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 165/17, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna e outros, que obriga a divulgação do serviço Disque-Violência Contra a Mulher em locais que especifica.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1335/18 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 012/18, que autoriza a contratação, por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de professores para a Secretaria Municipal de Educação (SMED).

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Mônica, boa tarde a todos os colegas vereadores, boa tarde ao público que nos assiste aqui nas galerias e também ao público da TVCâmara. Ontem nós tivemos, aqui, à noite, no Plenário Otávio Rocha, o evento POA 2020 – O Futuro do Empreendedorismo em Porto Alegre, evento este que foi realizado pela Frente Parlamentar de Empreendedorismo e Desburocratização, que tem 11 vereadores participantes, e a qual tenho a honra de presidir. É um evento de fechamento de ano, onde a Câmara pode receber mais de 200 pessoas aqui neste plenário para discutir os rumos do empreendedorismo e da nossa burocracia, que, muitas vezes, tanto atrapalha quem quer gerar riqueza e empregos na nossa Cidade. Foi muito bacana a discussão, com dois painéis, mais uma palestra especial, painéis esses com o empreendedor Fabrício, do Oak's Burritos, com o Jean Grivot, da Hype Studio, que trabalha com muitos projetos de construção civil e arquitetura na cidade de Porto Alegre. Também tivemos, no primeiro painel, o Odelmo Drebes Júnior, das Lojas Lebes, que falou um pouco sobre o *case* de instalação da Loja Lebes no Centro de Porto Alegre, Ver. Cecchim, um *case* de sucesso para a Cidade, de revitalização do Centro Histórico, Ver. Adeli e vários vereadores que têm discutido a pauta dos prédios antigos do Centro da Cidade. E temos muita coisa ainda para fazer nesse Centro Histórico. No segundo painel, nós tivemos o então prefeito em exercício, Gustavo Paim, falando um pouquinho sobre os desafios da gestão de Porto Alegre; o secretário do Meio Ambiente e Sustentabilidade, Maurício Fernandes, falando sobre a redução da burocracia no licenciamento ambiental – essa é uma pauta muito importante –, e trouxe uma informação relevante, inclusive, de que a secretaria tem dificuldade de mapear o tempo que se tem de protocolos, o quanto se demora, muitas vezes, por estar ainda boa parte do trabalho em papel, não estar digitalizado, e essa dificuldade que obviamente impacta no investimento dos negócios em Porto Alegre. Por isso, vivendo uma crise como essa que estamos vivendo, não conseguimos ter receitas que comportem o tamanho das nossas despesas. Por último, no segundo painel, tivemos a Renata, da Endeavor Brasil, falando um pouquinho sobre a perspectiva de relações públicas da Endeavor. E o nosso *keynote*, nossa palestra magna, foi com o Pedro Englert, que é gaúcho, porto-alegrense, atual presidente da StartSe, uma empresa muito interessante de desenvolvimento de negócios tecnológicos. O Pedro foi presidente da InfoMoney, esteve também na XP Investimentos e pode falar um pouquinho sobre os demais desafios e investimentos da própria StartSe em outras *startups*. O evento foi até por volta das 22h30min, foi bem interessante, o público presente acabou ficando até mais tarde, e permitiu que a gente pudesse ter esse debate bastante aprofundado sobre um tema que, muitas vezes, é deixado ao largo, já que a gente discute muitas vezes, aqui nesta Câmara, justamente os problemas de Porto Alegre do ponto de vista das receitas. Fala-se muito pouco sobre as despesas, e, quando a gente fala sobre receitas, fala-se sobre sonegação de impostos, dificuldade de arrecadação do IPTU, do ISS ou do ITBI, as formas de cálculo, mas

quase nunca falamos sobre aumento de arrecadação por conta de desenvolvimento econômico da Cidade e ela se tornar atrativa para não só negócios e investimentos como também para que as pessoas queiram viver aqui, queiram manter seus negócios aqui e não queiram se mudar para a Região Metropolitana. Esse é um debate que faltava, na nossa opinião, em Porto Alegre e que ainda falta; ainda precisamos avançar muito nesse debate, afinal de contas, neste exato momento, temos uma comitiva de vereadores que está nos Estados Unidos para atração de investimentos junto à Prefeitura.

Tem-se falado em projetos como o do 4º Distrito, o na nova orla como fatores de atração e investimento para nossa Capital, mas de nada adianta conseguirmos ter alternativas de lazer e entretenimento como estas na nossa Cidade, mas não conseguir viabilizar um licenciamento para um empreendimento em menos de dois ou três anos, como muitas vezes ocorre. Não há investimento que espere por tanto tempo e não há empreendedor com tamanha paciência e dinheiro para sustentar processos, equipe, contadores, advogados, para conseguir desatar os nós da burocracia. Por isso é uma pauta tão relevante para Porto Alegre, e a gente espera que, este encerramento de ano – por isso o tema: POA 2020 – nos sirva de inspiração para que, nos próximo dois anos, até a próxima eleição municipal, Porto Alegre avance muito para se tornar uma capital do empreendedorismo em nosso País. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde a todos e todas, está em Pauta um projeto de minha autoria que obriga a divulgação do serviço Disque-Violência Contra a Mulher em vários lugares na nossa Cidade, buscando obviamente avançar na publicização e na busca para que haja mais informação acerca dos telefones de denúncia como o Ligue 180, que é um importante instrumento de proteção à vida das mulheres.

Este projeto se insere em uma gama de projetos priorizados na tarde de hoje, justamente para tentar reverter as estatísticas gravíssimas do nosso País; a primeira delas: saiu uma pesquisa da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal, nesta semana, dia 25 de novembro foi o Dia Internacional de Eliminação da Violência contra as Mulheres, e nós vimos que o Brasil responde por 40% dos casos de assassinato de mulheres por serem mulheres. Nesse número não estão incluídas violências e as mulheres mortas pela violência social, enfim, em decorrência dessa alta taxa de letalidade que temos no Brasil.

Isso é um dos argumentos dos reacionários que não querem ter políticas para as mulheres, que dizem que nós só nos preocupamos com as mulheres. Não, nós nos preocupamos com todos, mas têm mulheres que são mortas por serem mulheres, por maridos, ex-maridos, companheiros, ex-companheiros, que entendem a mulher como propriedade privada e não aceitam quando a mulher pede o divórcio, quando a mulher

resolve sair de casa, ou mesmo sucessivas agressões violentas em relações abusivas que sempre tem a desculpa: “Ah, o homem bebeu”, “Ah, estava com ciúmes” – como se a culpa fosse da bebida ou a culpa fosse da mulher, de uma relação machista, violenta que lamentavelmente vitimou 1.133 brasileiras no ano de 2017, mortas por serem mulheres! Pois bem, 40% de todos os feminicídios, que são mulheres mortas por serem mulheres, infelizmente, nesses tempos das trevas em que nós estamos vivendo, o óbvio precisa ser dito, então, repetindo: mulheres mortas por serem mulheres, 40% foram no Brasil.

O maior número absoluto entre todos os países da América Latina – isso é muito grave. A Oxfam identificou que a desigualdade salarial entre homens e mulheres aumentou, ao invés de reduzir. Portanto, dias de eliminação e de combate à violência contra a mulher das mais variadas formas são fundamentais. Inclusive, a data de 25 de novembro nasceu como uma homenagem às irmãs Mirabal, que foram assassinadas pela ditadura da República Dominicana em 1960. Foram três mulheres assassinadas, e, em homenagem a elas e as suas lutas, foi criado o Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher.

Eu estou procuradora da Procuradoria da Mulher, com muito orgulho, representando todas as vereadoras da Casa. Hoje à tarde nós temos projetos priorizados que tratam desse tema. O primeiro deles é sobre uma educação sem machismo, escola sem machismo da Ver.^a Sofia Cavedon. O segundo deles é sobre as políticas de adaptação às mulheres com deficiências nos hospitais públicos, temos relatos de mulheres que não podem ser atendidas pela ausência de macas, de estrutura, para que haja o atendimento adequado a essas mulheres. Ver.^a Sofia Cavedon, esse projeto é da ex-vereadora Margarete Moraes, não é? Foi desarquivado.

E tem um projeto de minha autoria que proíbe propagandas no mobiliário urbano, públicas ou privadas, que estimulem e que propaguem a cultura do estupro contra as mulheres, que infelizmente ainda existem propagandas que lamentavelmente positivam imagens de uma das piores violências que uma mulher pode sofrer, num País que teve 43 mil pessoas estupradas no ano de 2017 – 80% mulheres, 20% crianças e pessoas com deficiência.

Então são projetos que têm esse intuito, e eu estou torcendo muito para que a Câmara não dê um péssimo sinal e não haja quórum em votação de projetos importantes. Seria um péssimo sinal de que boa parte dos vereadores não está preocupada com a proteção à vida das mulheres. Nós esperamos muito que não somente a Câmara tenha quórum na Ordem do Dia, como aprove, por unanimidade, projetos que protegem as nossas vidas, os nossos corpos.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h15min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1809/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 209/17, de autoria da Ver^a Sofia Cavedon, que determina a promoção de ações que visem à valorização de mulheres e meninas e à prevenção e ao combate do machismo pela rede municipal de ensino.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01;
- incluído na Ordem do Dia em 29-10-18 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 209/17. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidenta Mônica, eu agradeço, que bom que estamos sendo presididas por uma mulher neste momento, porque esta é uma sessão que a nossa procuradora da mulher organizou, priorizou, e foi importante que fosse neste momento, porque, na semana que vem, entramos em orçamento, em projetos de final de ano, exatamente como uma sessão para marcar uma das ações dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. E os nossos três projetos, nós também estimulamos, tanto a Ver.^a Comandante Nádia, como a Ver.^a Mônica, que pudessem pautar algum projeto seu. São projetos voltados a esse tema, que ainda demanda muita política pública e compreensão de como enfrentar e como terminar com a violência contra a mulher.

Eu já, na segunda-feira, distribuí para os senhores e para as senhoras uma cópia, hoje reforcei – agora não vi, Ver. Mauro Zacher, se o senhor está com a sua – das propostas de diretrizes de ação para a educação em Porto Alegre. Primeiro, gostaria de dizer que não é interferência no currículo da escola, em ações diretamente com os alunos, são diretrizes de organização da educação, para pensar qual o papel da formação de sujeitos via escola. É óbvio que a formação de homens e mulheres se dá na sociedade, se dá na família e se dá na escola. E a escola como instituição tem um papel a cumprir, ela não pode tudo, mas sobre esse tema da violência, Ver.^a Nádia, tem um projeto de lei sobre a violência em geral que foi aprovado aqui, para as escolas e para o entorno das escolas. E nós queremos fazer aqui um recorte para a questão de gênero. Eu

dizia já na liderança de oposição que, se de 4.400 assassinatos de mulheres quase 1.000 foram caracterizados como feminicídio, nós temos uma atuação específica de violência sobre a mulher só por ser mulher. São três mulheres a cada dia no Brasil – três mulheres, Fátima! A Fátima aqui representa o mandato da deputada Maria do Rosário. Nós estamos com a dirigente de uma escola infantil. São três mulheres assassinadas por dia em nosso País em 2017! Esse assassinato indica que nós não temos como trabalhar só na situação direta da violência como atuar na hora da violência, na iminência da violência ou prever os crimes, nós precisamos trabalhar nas causas da violência contra a mulher. E identificada a violência, como uma violência de relação entre homem e mulher, em especial relação afetiva, relação que se dá de maneira desigual em que a mulher é colocada como menos, como submissa, como ter que ser obediente e ter que atender à necessidade, a demanda e a determinação de determinados homens. Isso não significa, senhores, colocar todos os homens na condição de opressores ou de violentos contra a mulher. É óbvio que é uma minoria, mas essa minoria causa um estrago muito grave. Nós tivemos ontem, ainda, uma situação de um jovem que estrangulou a companheira, a namorada, que foi a Santa Catarina. Os dois aqui de Novo Hamburgo, ela tinha quatro filhos pequenos. Ele a estrangulou e ele se matou na sequência. O que acontece com um homem que não teve uma formação mais libertária? Ele também vira uma vítima, vira um opressor, alguém submetido a uma formação machista, a um mundo desigual. E ele não consegue lidar de outra maneira com a mulher. Por que ele se matou? Porque ele percebeu o ato dramático que ele fez. Essa formação sacrifica homens e mulheres, a libertação das mulheres liberta os homens. Ninguém está aqui propondo uma ação contra os homens, ao contrário, é a favor dos homens, a favor de homens democráticos, a favor de homens libertos, a favor de homens que não se tornem assassinos, Ver. Nedel. Os homens se tornam assassinos por conta de uma formação cultural que os torna machistas. E nós precisamos trabalhar no local da produção do machismo, portanto. E aqui são diretrizes, não há determinação de programa, não há determinação de currículo na escola, de disciplinas, são diretrizes para ações que desmanchem essa cultura desigual entre homens e mulheres. Eu gostaria muito que nós pudéssemos perceber a importância de assumir a estagnação, nós precisamos cessar a produção do machismo. É isso que a sociedade precisa, porque medidas coibitivas, legislação para atuar depois, quando a violência aconteceu, nós conseguimos; temos que fazer com que elas aconteçam na vida. Agora, a produção do machismo ainda não está resolvida. O País ainda é profundamente machista e sexista, e a construção de homens libertários, democráticos depende de uma proatividade na educação deles e delas.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para discutir o PLL nº 209/17.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Obrigado, Presidente Mônica Leal, queria saudar as queridas vereadoras, Srs. Vereadores e amigos que nos visitam ou

assistem pela TVCâmara. Gostaria de cumprimentar de maneira especial esse bom trabalho que apresenta para a nossa apreciação a deputada Sofia Cavedon. Eu acho que o importante é eu falar, ele declinou pontos de vista teóricos a respeito do assunto e eu vou contar para vocês um caso que pode ilustrar bem a grande preocupação da deputada, e que é preocupação nossa também. Resolvi fazer uma visita ao Pronto Atendimento da Restinga, não era hospital ainda, era um pronto atendimento que tinha ali perto do ponto de ônibus. Fui lá como vereador e como médico da comunidade para ver se estava faltando alguma coisa, para ver como estavam as coisas. Quando dá um barulhão, tal e coisa, entram alguns brigadianos carregando uma senhora ensanguentada, com sangue no rosto, grávida, percebi que estava esperando bebê, com uma criança, pela mão, chorando com um pouco de sangue por cima também – olha o quadro – e mais umas três crianças com ela, eu disse: o que houve? Disse o brigadiano: “o marido bateu nela!” Aí a médica se preparou para fazer limpeza dos cortes para dar os pontos, começou a dar os pontos e eu comecei a conversar com ela. “Pois é, doutor, eu, com todas essas crianças, mais a gravidez, não estou conseguindo encaminhamento para que meu parceiro me ajude, para que meu marido me ajude.” Foi para a casa da mãe, conversou com ela sobre esse assunto, aí diz a mãe assim: “Filhinha, acho uma barbaridade tu te submeter a esse machismo do teu marido, que quer ganhar todas as discussões e que te bate, vem aqui para casa.” E ela: “Não mãe, eu, cheia de crianças, e tu com teu salário mínimo, eu não trabalho em lugar nenhum, cuidando das crianças, como vou para tua casa, alimentação e tudo?” A mãe: “Não, não. Vem para minha casa, vem para minha casa.” “E aí o que se passou, meu amor, tu foste para a casa dela?” “Não, não fui, doutor, não me senti à vontade. Aí ele me bateu mais uma vez, eu fiquei mais outra vez, não tinha força para enfrentá-lo, com essa gravidez não podia me movimentar direito. Eu até tinha vontade de, com garra, meter as unhas nele, mas com a gravidez, com dificuldade de ficar em pé, de equilíbrio, de caminhar, não me arriscava. Procurei a minha mãe.” E disse a minha mãe: “Onde come um, come quatro, cinco”. Não é verdade, pode comer dois, mas quatro, cinco, não é verdade. Aí, o que aconteceu? A mãe disse: “Querida, enquanto tiver um pão aqui dentro, nós vamos comer juntas” E foram comendo, passou o primeiro dia, passou o segundo, faltou o pão, daqui a pouco faltou o arroz, o leite, foram faltando as coisas. Ela disse: “Quer saber de uma coisa, mamãe? Eu acho que vou voltar para casa de novo, porque como é que tu vais fazer, tu não vais comer? Como é que vai ser isso?” Diz ela: “Minha filha, sabe que eu estive pensando muito bem, a mãe perdeu a coragem também, tu tens razão, vai lá e conversa com o teu marido, afinal de contas, ele é teu marido, conversa com ele e vê como vocês podem se acertar”. Aí, no meio da caminho, ela indo com as crianças, pensou: “Quer saber de uma coisa, eu não vou para casa, eu não tenho coragem, ele vai me bater porque eu passei esses dias fora”, e foi para baixo da ponte. Aí veio a noite, aí veio o medo, aí veio o frio, aí veio a chuva que respingava debaixo da ponte onde ela estava, e ela resolveu ir para casa, e apanhou novamente do marido. Era o que eu tinha para dizer para vocês, espero que esse meu relato colabore com o teu trabalho, Sofia, e tem meu voto, que prometi que ia dar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 209/17.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, na presidência dos trabalhos, colegas vereadores e vereadoras, nessa jornada que está sendo feita no País afora em defesa das mulheres contra a violência, aqui se discute o primeiro projeto para atacar o machismo nas escolas. Quero dizer, Sofia Cavedon, Oliboni, Sgarbossa, meus companheiros de bancada, que é muito importante que a gente relembre aqui passos importantes que foram dados pelas mulheres no mundo afora. É bom sempre lembrar nossa gloriosa Bertha Lutz; é sempre importante lembrar a luta pelo voto no Brasil, conquistado só durante o governo Vargas; é importante lembrar aqui que através do sofrimento, da tragédia que se abateu sobre a Maria da Penha, que foi queimada pelo seu marido, esse tema chegou na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, e a partir daí houve uma clara indicação dessa Comissão Interamericana de Direitos Humanos para que o Brasil aperfeiçoasse seu Código Penal, que foi modificado, era de 1940, através da conhecida Lei Maria da Penha, Lei nº 11.304, de 07 de janeiro de 2006, sancionada pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Depois disso, nós tivemos a Lei do Feminicídio, Lei nº 13.104, de 2015, Lei importante, sancionada pela então Presidente da República, Dilma Rousseff.

Nós sempre nos debatemos pela dignidade da pessoa humana. Nós sempre nos pautamos para olhar para a outra pessoa, Fernanda Melchionna. Para nós, o que conta é a chamada alteridade, é a relação de respeito que a gente tem pela outra pessoa, e nada mais importante do que o respeito pelas mulheres, por sua luta, e que hoje ainda tem uma grande desigualdade, seja no salário, pelo trabalho igual, seja pela dupla, tripla jornada de trabalho, e seja, principalmente, pelos dados alarmantes de violência doméstica e violência na sociedade e os preconceitos. Os preconceitos, muitas vezes, vêm do seio familiar e se incrustam nas salas de aula, porque muitas vezes não há uma discussão e não há um preparo para um debate sobre o respeito, sobre a generosidade que se tem que ter entre os seres humanos, especialmente do homem em relação à mulher. Por isso que nós estamos aqui, não apenas defender o projeto, não apenas para dizer que votaremos favoravelmente, mas queremos apelar para a sensibilidade de cada um dos vereadores aqui, para que nesta tarde a gente chame o nosso voto “sim”, positivo, a esse projeto de lei que agora se discute para enfrentar através de políticas, através de programas, através de ações o machismo nas escolas e para a gente consiga consubstanciar uma nova cultura, a cultura do respeito, a cultura da solidariedade e a dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, que isso não seja apenas um marco, que não apenas apareça na CCJ para nós darmos a redação final, que não apareça depois apenas no DOPA, mas que a gente não encontre nas Delegacias de Polícia, especialmente nas Delegacias de Proteção à Mulher, os inúmeros casos que estão acontecendo. E que a Brigada continue, como ouvi aqui – a Comandante Nádia já foi a articuladora e comandante da Patrulha Maria da Penha –, dias atrás, que a Bahia seguiu exatamente o exemplo do Rio Grande

do Sul. Que sirvam nossas façanhas antimachistas de exemplo para a dignidade da pessoa humana. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLL nº 209/17.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Resolvi discutir a matéria para que a gente possa ter mais tempo de debate e porque me intrigou bastante este projeto. A Ver.^a Sofia pediu para que eu olhasse atentamente o projeto, e vou ser bem sincero com o que pensei a respeito. Eu acho que o projeto não resolve absolutamente nada, eu acho que o projeto trata-se de um panfleto de esquerda ideológica da nova pauta da esquerda que não ataca nenhum dos problemas de violência nas escolas, de machismo nas escolas ou mesmo machismo na vida adulta. Na verdade, é um projeto que trata de constranger os vereadores desta Casa que são contra o projeto, de rotulá-los como machistas, mas que não resolve efetivamente o problema de machismo. Eu explico: o projeto é uma carta de intenções, pura carta de intenções, e a Sofia é uma das que vira e mexe sobe nesta tribuna para dizer que não devemos mexer nas atividades pedagógicas, no currículo escolar, porque isso é atribuição do Executivo, mas, numa rede municipal onde a gente não consegue alfabetizar as nossas crianças, onde não consegue ensinar matemática para as nossas crianças, onde os nossos índices em educação são vergonhosos, ela está preocupada em botar mais atividades para os nossos professores. Eu diria que é muito mais fácil combater o machismo se a gente alfabetizasse nossas crianças, se a gente as educasse corretamente como deveríamos, para que aí, sim, elas soubessem que não podem discriminar, que não podem agredir. E digo mais, se a Ver.^a Sofia e o PT quisessem ser contra o machismo deveriam, por exemplo, ser apoiadores de iniciativas que aumentam pena para quem comete crimes contra mulheres e violentam mulheres. Deviam apoiar instituições que fazem valer a lei, como a Brigada Militar. Aliás, a Brigada Militar foi homenageada esses dias aqui neste Parlamento e a Ver.^a Sofia veio aqui e fez um discurso de desdém. Então, o panfleto de projeto é excelente, e digo panfleto de projeto porque ele é um panfleto ideológico da esquerda petista e quer se colocar uma camiseta de defensora dos direitos humanos. Ora, defensora dos direitos humanos? Estiveram 13 anos no governo federal, com a justiça nas mãos para tentar reduzir, por exemplo, a violência contra a mulher, contra as pessoas, e o que fizeram? Botaram os índices de violência, homicídios em picos históricos neste País. Então, ações práticas contra o machismo, isso é o que falta; ações demagógicas contra o machismo, é isso o que está sobrando nesse projeto na minha opinião.

Fiz questão de fazer a discussão, para que a gente possa dar o direito à Sofia vir aqui responder – eu sei que ela vai me responder, a gente sempre trava bons debates –, e para que os outros vereadores possam dar as suas contribuições. Eu não me sinto à vontade de ver um projeto desses ser posto em votação, pois ele, de pronto, nos coloca

numa situação de que quem é contrário vai ser rotulado como machista. É um projeto que não resolve nada, é uma carta de intenções. A esquerda, que critica o Escola sem Partido, por ser uma carta de intenções, não vê problema nenhum num projeto que também é uma carta de intenções e que não resolve o problema. Eu gostaria de ver muito mais atitudes resolutivas por parte do PT do que atitudes panfletárias como essa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente Mônica, apenas gostaria de solicitar ao Ver. Camozzato que retire que a minha fala foi de desdém à Brigada. Sobre os demais temas, eu vou fazer o debate. É uma inverdade, eu gostaria que as notas taquigráficas de quando eu encaminhei o requerimento de homenagem à Brigada fossem encaminhadas a ele.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver.^a Sofia. O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para discutir o PLL nº 209/17.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; pessoal que nos assiste nas galerias, pessoal que trabalha na Casa, pessoal que nos assiste em casa; falando deste projeto, Ver.^a Sofia, eu falo em meu nome e em nome do Ver. Aírto Ferronato, porque sei que ele tem o mesmo pensamento que eu sobre esse assunto. Eu, na minha vida toda, 24 anos de profissão como motorista de ônibus, presenciei várias situações, atitudes de homens batendo em mulher, porque vivi a minha vida toda na rua trabalhando. Eu acho ridículo homem que bate em mulher. Falando de escolas, eu já vi alguns garotos batendo em garotas, que coisa mais ridícula, mais humilhante o garoto não ter aquela educação em casa. No caso do meu filho, Deus o livre que ele bata numa garota! A maioria dos machões, que bate em mulher, quando encontra um homem na rua, treme as pernas. A mulher é frágil e, certamente, o homem sempre terá mais força; é o mesmo que um homem tentar bater num leão, ele vai perder sempre. Então, a mulher tem que ser tratada com muito respeito. Não posso generalizar esse comportamento, afirmando que todos os homens são assim; há muitos, como os que estão aqui e muitos outros, que respeitam as mulheres. A Brigada Militar, quando chamada, faz o que pode, mas quando viram as costas, a situação volta a acontecer. Também, hoje em dia, está difícil de uma mulher terminar um relacionamento, porque, por vezes, o homem não aceita – isso é ridículo. Qualquer um dos dois tem o direito de terminar o relacionamento, tanto a mulher quanto o homem, e a mulher não precisa viver fugindo para tentar outro relacionamento. Também acontece de o homem não dar valor para a sua mulher durante o relacionamento, e quando a mulher não quer mais, esse homem vira macho, quer bater; mas quando encontra outro homem na rua, já não é assim. Como comentei, presenciei várias situações dessas no ônibus, e, às vezes, eu tinha que parar o ônibus para perguntar o que estava acontecendo, e jamais deixei que isso acontecesse na minha

frente. Fui criado assim desde pequeno e jamais deixei que um homem batesse numa mulher na minha frente, porque eu acho o fim do mundo. O camarada se sente o macho e ainda sai com aquela cara de todo poderoso.

Vereadora Fernanda Melchionna (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero lhe parabenizar, Ver. Paulinho Motorista, e dizer que nós lançamos uma campanha, na segunda-feira, da Procuradoria, contra o assédio contra as mulheres nos ônibus. E queria lhe dizer que os teus colegas, motoristas e cobradores, foram muito receptivos. Claro que as mulheres adoraram a campanha, mas muitos motoristas falaram que param o ônibus, que vão lá, que querem estar juntos na luta das mulheres para que isso não ocorra mais. Então, quero te parabenizar pela tua trajetória pessoal, e, em teu nome, a esses motoristas que estão juntos com a gente nessa luta.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Muito obrigado, Ver.^a Fernanda, nossa deputada federal.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) O senhor tem uma trajetória bonita, como cidadão, como profissional, como vereador. Escutando o seu discurso, eu sei que é da sua alma ter respeito pelas mulheres e dar proteção para as mulheres e para aqueles mais fracos. Eu só acho que não precisa ter lei para isso na escola. Tem que ter educação. A educação começa em casa, e esses machões e machistas precisam é levar um laço. Isso é a melhor coisa que se pode fazer com eles, porque eles não vão respeitar a lei. Eles vão respeitar quando tiver uma mão forte virada para o lado deles. Obrigado.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Obrigado, Ver. Cecchim. Muito obrigado pelas palavras. Voltando nessa situação, como já falei, em nome do Ver. Airto Ferronato, do PSB, meu parceiro, nós votaremos a favor do projeto da Ver.^a Sofia Cavedon e continuaremos sempre lutando para que isso não aconteça mais, para que as mulheres tenham o direito de viver suas vidas tranquilas, assim como o homem também tem, e que não precisem andar fugindo, fugindo, muitas vezes, da morte, e muitas vezes não têm sorte de conseguir ter o seu relacionamento próximo sem que haja uma morte, sem que haja um homicídio pelos valentões que não aceitam. Como a Ver.^a Fernanda falou há pouco aqui, parece que a mulher vira propriedade do homem, e não é assim, todo ser humano tem o direito de viver com quem quer, e não é assim que se resolve essa situação do machismo. Também quero dar os parabéns a muitos homens que têm respeito pelas mulheres. Como eu sempre digo, eu nunca generalizo nenhuma profissão, nem uma pessoa e nem outra, tem a parte ruim, tem a parte boa, mas nós, com certeza, seguimos nessa parte boa, respeitando as mulheres, porque precisamos das mulheres nas nossas vidas. Eu quero deixar um grande abraço a todos, e podem contar com o nosso voto, Ver.^a Sofia, da bancada do PSB. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, ao PLL nº 209/17.

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLL nº 209/17.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, não chegarei a ponto de dizer que esse projeto é panfletagem, mas eu tenho as minhas dúvidas se nós vamos combater o machismo através de lei! O machismo, a violência contra a mulher, contra o homem, contra a criança, a discriminação, a homofobia está dentro de cada um. Está dentro de cada um! Nós temos uma grande lei nacional chamada Maria da Penha, que funciona, e os homens continuam agredindo as mulheres!

Hoje eu peguei um Uber para vir para a Câmara, o motorista era ligado ao samba. Aí nós falamos sobre os *shows* que teremos aqui no dia 16, e eu disse para ele: vão estar aqui o Neguinho da Beija Flor e o Diogo Nogueira. E ele para mim: “Mas o Netinho de Paula também.” Eu disse: nesse eu não vou. E ele: “Por quê?” Eu falei: ele bateu na mulher dele. Aí ele ficou meio assim comigo.

Quero dizer aqui que eu, sinceramente, não sei como vou votar neste projeto, não defini meu voto, porque eu penso que não é através de lei que nós vamos conseguir isso, não é através de lei que nós vamos controlar o que passa internamente nas pessoas e na cabeça de cada um! Eu sei o que passa na minha cabeça, no meu interior. Se a Lei Maria da Penha não consegue controlar esses malucos que andam por aí, de que maneira vamos combater o machismo, a não ser pela conscientização das pessoas. É simples isso!

Vejo aqui que tem na Pauta, aproveitando a ocasião, um projeto da suplente de vereador, Margarete Moraes, pedindo prioridade para as mulheres portadoras de deficiência nos postos de saúde, mas a pessoa com deficiência não é só a mulher, tem homem, criança, idoso – depende do tamanho da deficiência! Se chega uma mulher com uma deficiência muito maior do que a de um idoso que esteja na fila, obviamente que ela tem que ter prioridade! Agora também não é através de lei que vamos definir isso! O Ver. João Dib, que faz falta nesta Casa, dizia que deveríamos cumprir as leis que já existem. Tem muita lei engessando o dia a dia! Então, eu penso que através de lei nós não vamos conseguir conscientizar porque está no interior e na personalidade de cada um esses desvios de conduta, o que assim posso chamar.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero parabenizá-lo pelo excelente raciocínio. Foi muito pertinente trazer o exemplo do Netinho de Paula, que agrediu sua mulher e que foi candidato pelo PCdoB, partido da vice-candidata a Presidência da República em coligação com o PT – de novo aquela história do que se disse e do que excepcionalmente faz! Obrigado pelo aparte.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Ver. Camozzato, eu não gostaria de partidarizar esse debate, porque direita, esquerda, centro, não trato a política

assim. Tem projeto bom que o PT faz, que o PSOL faz; já votei em vários projetos bons deles aqui. Voto! Não há nenhum problema! Agora esta questão de lei para combater o machismo não vai funcionar. Eu, sinceramente, não tenho o meu voto definido. Eu vou sentar ali e ler novamente para ver se eu me convenço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 209/17.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, que preside os trabalhos, será a nossa futura Presidente no ano que vem, este ano exerce a Vice-Presidência, o ano já está terminando.

Quero aqui dar o meu ponto de vista, pois eu acho que o Ver. João Bosco Vaz trouxe um tema muito importante. Nós fazemos, Ver. João Bosco, em média, no Brasil, de cinco a sete leis por dia – por dia! É impressionante, como se a lei fosse resolver todos os problemas da educação, da saúde, da segurança, do cidadão, enfim. Quando eu fui vereador pela primeira vez nesta Casa, eu não fiz uma lei, eu fiz uma solicitação. Naquela oportunidade, lembro-me que era um projeto tipo indicativo, o Ver. Paulo Brum estava aqui conosco, solicitando que fosse feita uma semana de conscientização das drogas nas escolas – uma semana. Para minha surpresa, voltando à Casa, depois de passar por duas vezes pela Assembleia, aquilo nunca entrou em vigor e nem quiseram debater sobre as drogas nas escolas. Mas claro, como vão debater? Porto Alegre é a capital das drogas nas escolas, por isso! Se tivessem debatido naquela oportunidade, quem sabe não estaríamos nessa situação.

Nós temos que ter cuidado nesse embuste, eu já disse aqui: aprovamos muita coisa que na realidade se diz de minorias aqui, minorias ali, que, depois, nós ficamos aborrecidos e até arrependidos. A escola é um lugar sagrado das famílias, dos professores, dos alunos. Há muita gente da política se metendo nas escolas, escola não é para isso, lá é um reduto muito deles, dos alunos, dos professores, da família. A prova está em que as melhores escolas são aquelas em que a família está junto, junto com os professores, ajudando, comparecendo, prestigiando, até, muitas vezes, doando material esportivo, alguma coisa que possa ajudar. É assim que a gente vê a escola: a escola é um reduto deles próprios. Vamos parar de interferir na escola. A política não tem nada que se meter na política das escolas, no seu dia a dia, que tem diretrizes, que tem comando, que tem secretarias, que tem obrigações. Portanto, vi muitos vereadores subirem aqui, darem vários argumentos, eu respeito todos os argumentos, eu respeito todos, mas, pelo amor de Deus, não vamos nos meter em coisas que são deles, que estão no regimento interno, que estão nas leis, inclusive lá no MEC, enfim, nas Secretarias de Educação do Estado, do Município. Nós estamos interferindo demais em coisas que são notoriamente dos professores, das escolas, dos alunos, da família, do dia a dia. O professor já tem essa atribuição, Ver. Goulart, de interferir em algumas questões dentro da escola, e ninguém melhor do que eles, entendedores daquela dinâmica do dia a dia.

Vereador Elizandro Sabino (PTB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cassiá, a sua exposição tem uma linha lógica, e eu o parabeno pelo brilhante pronunciamento que V. Exa. está desenvolvendo. Nós temos uma deficiência muito grande, isso não é Porto Alegre, não é o Estado, é na nossa Nação, no que diz respeito à educação. A educação é, sobretudo, algo com que devemos nos preocupar, e, como legisladores, estar com o nosso olhar sempre atento e voltado. O discurso de V. Exa. me leva a fazer um aparte no sentido de apenas fazer a seguinte referência: a escola é lugar para o ensino de matemática, de português, de geografia, de história, e tudo o que passar disso, como disse V. Exa., é algo que, efetivamente, tem outro sentido, senão o sentido real, verdadeiro, de trazermos o verdadeiro ensino para as nossas crianças. Então, parabeno V. Exa. pelo pronunciamento.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Ver. Sabino, futuro deputado do nosso Estado. Então, colegas, podem todos dar sua opinião, têm direito e dever de opinar. Respeito todas as opiniões, mas eu entendo que nós não podemos fazer leis para adentrar as escolas e dizer o que eles devem fazer. Já expliquei aqui, lá é um reduto da família, do aluno, dos professores, que nós respeitamos muito. Eu ajudo muito as escolas, mas reconheço o seu trabalho, o seu dia a dia. Esse negócio de minoria para cá, minoria para lá, nós vamos construir um monstro, já construímos alguns monstros com a política brasileira. Essa é a minha opinião. Portanto, não vou votar neste projeto que interfere duramente na escola, e nós vamos criar mais um esdrúxulo projeto que, em vez de melhorar, vai precipitar, não vai distensionar o que está acontecendo na escola do Brasil hoje em dia. Nós precisamos é distensionar, quanto menos nós intervirmos lá, quanto mais nós dermos força aos professores, entendo que será melhor. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 209/17.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Obrigada, Presidente Mônica Leal, em teu nome, quero cumprimentar todos os vereadores e o público que nos assiste. Primeiramente, quero dizer aos vereadores homens que aqui estiveram, e vi muitos constrangidos em falar sobre uma pauta que é contra a violência à mulher, por estarem dizendo não a este projeto de lei e por ficarem com medo de serem chamados de machistas aqui em cima. E eu vou dizer para vocês que, provavelmente, eu vou ser chamada de machista agora. Mas tenho a dizer que, com muito orgulho, sou uma das pessoas aqui do Rio Grande do Sul, que fui a primeira mulher a comandar um Batalhão de Polícia Militar. Coisa que, até então, nos 181 anos da Brigada Militar, era função de homens. E por nenhum momento me senti constrangida ou diminuída. Dizer também que, com muito orgulho, criei a Patrulha Maria da Penha no Estado do Rio Grande do Sul, que é modelo, Ver. Cassiá, para a Bahia, para o Rio de Janeiro, para o Rio Grande

do Norte, para o Mato Grosso, para tantos outros estados onde eu estive, ou aqui estiveram pegando o *know-how* de como fazer para efetivamente combater a violência contra a mulher. Lei, somente por lei, não combate nada, queridos. Se assim fosse, a Lei Maria da Penha, nº 11.340, a partir da sua instalação, teria terminado com toda a violência contra a mulher, o que não aconteceu. Aconteceu, sim, a diminuição da violência contra a mulher, quando, com uma ação afirmativa da Patrulha Maria da Penha, trabalhando efetivamente no combate à violência contra a mulher, diminuiu essa questão. Dizendo isso, eu quero falar para vocês que eu li muito atentamente o projeto, muito meritório, da Ver.^a Sofia, e que eu vejo que todos nós sempre procuramos a diminuição da violência contra a mulher, contra o idoso, contra a pessoa com deficiência, contra o negro, contra o jovem. Meritório! Porém, a primeira frase, uma das frases que me chama a atenção é: a educação cumpre um papel fundamental para mudar comportamentos machistas e discriminatórios em relação às mulheres e às meninas. Isso vem de casa. É dentro da família, é no seio familiar, é dentro de casa que deve ser ensinado que homens e mulheres têm os mesmos direitos. A escola está sobrecarregada de tarefas. A escola está sobrecarregada para ensinar matemática, língua portuguesa, geografia, história, e é dever do lar, é dever da casa, dos pais, Ver. Felipe, ensinar que homens, mulheres, brancos, negros têm os mesmos direitos. É dentro do seio familiar que começam os preconceitos e é aí que devem ser trabalhados. Pessoas com deficiência ou sem deficiência, como bem falou o Ver. Cassiá e o Ver. Bosco, devem ter o mesmo atendimento. Ações afirmativas são aquelas que vão profissionalizar essas mulheres, são ações que vão dar emprego às mulheres que são vítimas de violência doméstica, e que nós sabemos que assim o são porque não têm condições de conseguir um emprego melhor, de conseguir uma educação melhor. Fico preocupada quando aqui eu não vejo a Ver.^a Sofia fazer toda essa fala em prol da Brigada Militar, que é quem vai lá e prende o agressor, e é essa que nós temos que homenagear, é essa que nós temos de fortalecer. A PEC que tentou diminuir a maioria penal para estupradores não foi aprovada, exatamente, pelo pessoal da esquerda. Eu nunca vi o pessoal da esquerda subir aqui e dizer que é a favor da castração química para estupradores. Isso são ações afirmativas! Nós temos de punir o agressor, nós não temos que tratar a sociedade como fez Marx, segmentando, dividindo. Isso não reforça, isso cria celeumas que nós não precisamos mais apoiar. Nós temos que fazer um apoio, nós temos que dizer, sim, para a dignidade humana, e não só para mulheres, mas para homens. Eu tenho um levantamento do IPEA que diz que, aqui no Rio Grande do Sul, 52,61% das mortes foram de homens, sendo 5,36% de mortes de mulheres. Então, temos de fazer, sim, um movimento nesta Câmara de Vereadores contra a violência em geral, não contra A ou contra B, mas contra a violência ao ser humano. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 209/17.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, senhoras e senhores vereadores, público que nos assiste e que nos acompanha nas galerias. Eu acho que o Ver. Nedel já corrigiu o projeto da Ver.^a Sofia, que é a questão da escola sem machismo. Hoje nós temos escola sem partido, escola sem isso, escola sem aquilo. Parece que já tem uma emenda, substituindo a expressão “machismo” por “violência contra as mulheres”. Acho que é isso. Alguns pares subiram aqui, dizendo que não precisaria de uma lei para ensinar os jovens, as crianças a respeitar as mulheres. A lei vem para lembrar o *Homo sapiens* que, se ele não cumprir, será punido. Todos nós sabemos que não devemos roubar e não devemos matar, mas tem lei que nos pune se nós roubarmos e matarmos. Todos nascem sabendo que não podem roubar e não podem matar; a família ensina que não pode roubar e não pode matar; o professor, quando está dando aula de matemática, de português, de história de geografia ensina que não pode roubar e não pode matar. Nós temos leis que são implementadas, que a família ensina que tem que respeitar os mais velhos, tem que respeitar as mulheres, tem que respeitar o meio ambiente, tem que respeitar as pessoas com deficiência. Hoje existe já uma cultura que tem que se usar cinto de segurança, Ver. Sabino. Tudo isso foi embutido na sociedade mediante leis. Ou a gente tem um estado com leis, ou a gente tem um estado de barbárie. As leis são necessárias para as pessoas terem a conscientização que algo é proibido e que algo será punido. Aqui, o que está se propondo é um reforço de algo que vem da família. A geração do meu pai dizia que mulher não trabalhava fora, que ficava em casa; a minha geração é o contrário, de preferência o homem fica em casa, e a mulher vai trabalhar, mulher tem que trabalhar, tem que construir junto as coisas. Então, eu acho que isso é um complemento na educação. A forma como a vereadora propagandeou a sua lei é outra coisa. Agora, complementar para que as pessoas, os cidadãos que estão se formando respeitem o meio ambiente, respeitem as pessoas com deficiência, respeitem os idosos, isso será um complemento de uma grande sociedade; isso será um complemento de uma sociedade que nós almejamos lá no futuro, mas isso tem que ser através de lei, ou é a barbárie. Ninguém aqui, em sua consciência, vai tirar a vida de alguém, porque sabe que não pode matar, sabe que não pode roubar, sabe que não pode, hoje em dia, andar de carro sem cinto de segurança, sabe que não pode fumar dentro de ônibus, de avião e até de restaurante. Quem impôs isso? A lei; senão as pessoas estariam fumando dentro de avião, dentro de ônibus, dentro de restaurante, mas a lei não permite isso. Então, temos que ter lei, senão ninguém vai ensinar as crianças que serão os homens do futuro a respeitar as mulheres, as crianças que serão os homens do futuro a respeitar o meio ambiente, as crianças que serão os homens do futuro a respeitar os idosos, as crianças que serão os homens do futuro a respeitar as pessoas com deficiência, as crianças que serão os homens do futuro a respeitar a igualdade entre homens e mulheres. Então, eu acho que o único problema é o “sem machismo”, mas o Ver. João Carlos Nedel com a sua emenda corrigiu isso. Agora, ou é lei, ou é barbárie, e cabe a esta Casa fazer leis. Acho que é mais uma lei que vem para agregar. Nós não estamos tirando português, não estamos tirando matemática, geografia, história, todos esses professores estão capacitados a

incluir algum desses artigos na sua matéria. Este é o papel da escola: levar cidadania aos cidadãos do futuro. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 209/17.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero, antes de mais nada, dizer que eu me sinto muito gratificado de estar hoje muito próximo da tribuna ouvindo os pronunciamentos que ouvi dos colegas e da colega que me antecederam na tribuna. Acho, com toda a sinceridade, que o juízo que eu faço a respeito desses pronunciamentos, e, sobretudo, a forma com que as coisas aqui foram colocadas, deve ser reconhecida por todos e deve agradar, especialmente, pessoas que, como eu, têm mais da metade da vida vivendo no plenário desta Casa de vereadores, e tendo muito orgulho de ser vereador. E hoje tenho esse orgulho reforçado, por ver a forma inteligente e, sobretudo, até diria didática, com que a coisa toda é tratada aqui nesta tarde. Tem determinadas coisas que nós não vamos conseguir alterar. O Ver. Janta disse muito bem, a gente aprende em casa a distinção entre o certo e o errado. Normalmente, naquelas famílias cristãs, católicas, como a minha, eu aprendi que era errado fazer alguma coisa que Deus não queria que eu fizesse, que aquilo era pecado, que aquilo era malfeito. E as coisas caminham pela vida. A todo instante a gente está tendo informações de coisas que até um determinado momento entendíamos que era o correto de se fazer, e que, em determinado momento, a convivência social impôs uma mudança de posição. Mas tem algo, minha querida vereadora, que é impossível mudar, entre outras coisas, não querer reconhecer que homens e mulheres não são iguais. Homens e mulheres são biologicamente diferentes, e quando a gente é chamado a ser solidário contra a violência contra a mulher, a gente não faz outra coisa se não tomar uma decisão de ser contra a violência, como forma de convivência que merece ser reprimida. Eu observei, Ver.^a Sofia, no encaminhamento, que muitos se preocupavam muito mais com o seu discurso introdutório do que propriamente o que está escrito na lei. E o que está escrito na lei, com a alteração inteligentemente proposta pelo Ver. Nedel, e democraticamente por V. Exa. acolhida, eu não vejo outra razão senão a gente falar sobre esse assunto na tarde de hoje, como disse muito bem o Janta: ninguém me ensinou, quando era criança, que não podia fumar dentro de avião porque não tinha avião que passava na minha cidade, mas já tinha alguma coisa a ver com o fumo, eu não podia, nem o meu pai podia fumar na presença do pai dele. Aquilo era uma forma estabelecida na convivência familiar de se respeitar o mais idoso, o mais velho, o chefe da família. Então, hoje, as coisas evoluíram. E esta Casa, muitas vezes, quando faz uma lei, sabe que não vai, de forma nenhuma, alterar o mundo, mas que vai ser uma contribuição para o aumento do discurso em favor de uma determinada posição. Se eu disser para vocês que não gosto do chamado machão porque não acredito nele, eu estou dando uma forma de discurso. Recomendar que isso se faça

na escola é um reforço a uma posição. Eu acho que o professor tem que ensinar a respeitar a professora como tal, a professora tem que respeitar o professor como tal, o ser humano tem que ser respeitado nas suas ações corretas e devem ser repelidas aquelas ações que não são corretas. O famoso machista, aquele homem forte, fraquíssimo dentro de um corpo muito grande, esse machão não tem que ser por nós defendido, esse tem que ser por nós repreendido. E, se a lei da Ver.^a Sofia prosperar em alguma consequência, a primeira delas, vereadora, nós já estamos vivendo no dia de hoje aqui desta tribuna falando sobre o assunto e colocando uma opinião. Considerado os considerandos, respeitada a natureza do homem e da mulher, ser contra a violência em todos os sentidos é um comportamento civilizatório e, se é civilizado ser contra a violência, com muito mais razão quando essa se volta contra a mulher, que, contrariando em parte o que disse o Ver. Paulinho Motorista, a mulher não é um sinônimo de vida, é uma abertura para a vida, porque ninguém nasceu se não foi do âmago de uma mulher. Em defesa das mulheres, da minha mãe, da minha mulher, da minha filha, da minha avó e de quantas mulheres eu amei no mundo, eu voto a favor da sua proposta.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 209/17.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Eu acho que falar depois do Ver. Reginaldo Pujol é um alento, eu quero cumprimentar o senhor pelo seu pronunciamento, porque alguns tratam de ideologizar uma discussão muito séria, que é sobre a vida das mulheres. Quando eu ouço o seu pronunciamento, de um partido oposto ao meu em muitos aspectos, eu tenho a convicção de que essa luta não está perdida. A gente vê verdadeiras barbaridades sobre a ideia de que a escola não pode discutir nenhum recorte específico, como se não houvesse um recorte específico feito pela sociedade, não por nós, mulheres. Quem dera a gente não precisasse debater a violência contra as mulheres, porque as mulheres não estariam sendo agredidas pelo fato de serem mulheres, por uma ideia de que são propriedade privada de maridos, ex-maridos, companheiros, ex-companheiros; não todos, é verdade, mas uma grande maioria ainda. Seria a mesma coisa do que dizer, aqui da tribuna, que não se precisa de um plano municipal para os idosos. Toda população precisa de um plano municipal? Mas é claro que precisa! Eu votei, com muito orgulho, na lei dos meus colegas do PRB, porque Porto Alegre precisa de um plano municipal para a população idosa. É uma população em que têm aumentado os índices de violência; em geral, violência psicológica, violência patrimonial e, inclusive, violência física, muitas vezes dentro da própria família. É uma barbaridade que isso aconteça dentro de algumas famílias, mas acontece! Nós precisamos ter tranquilidade nesse debate.

O Ver. Cassiá Carpes falou: “Boa é a escola em que a família está junto”. Nós também achamos que é muito bom quando a família é parte da comunidade escolar

e ajuda no processo de ensino/aprendizagem. Mas também é muito bom quando a escola consegue salvar a vida de uma menina de sete anos que está sendo espancada dentro da própria família, como me aconteceu quando eu era bibliotecária. Nós chamamos o Conselho Tutelar, nós encaminhamos, etc. E se não tivesse esses olhos? E se a violência ficasse só no âmbito doméstico-familiar, que é o âmbito da violência no caso dessa menina de sete anos? E se não houver nenhuma possibilidade de discutir temas como esse dentro da escola, dentro das associações de moradores. Eu ouvi atentamente o meu colega Ver. Sabino sobre a questão dos atributos da escola. É óbvio que a escola tem que debater matemática, ciência, português, mas a escola também tem que debater para a cidadania. Se não me engano, o vereador foi muito a favor de uma lei para fazer política contra as drogas dentro da escola, e eu sou a favor de leis que façam política contra as drogas dentro da escola, porque a família tem a obrigação de esclarecer as crianças, e a escola traz a complementaridade desses esclarecimentos, para que as crianças não se envolvam com drogas pesadas. Não é importante um professor de biologia dizer, no ensino médio, o que pode acontecer com uma criança ou com um adolescente que faz uso de *crack* ou qualquer droga? É importante, e eu fui a favor, defendi isso, Ver. Sabino, e o senhor também. E agora não entendo ser um problema discutir o tema de gênero na escola, de gênero mulheres. Estou aqui com uma matéria que saiu em vários veículos, inclusive no G1, porque eu não gosto de *fake news*: “Menina denuncia padrasto por estupro após palestra na escola”. E se essa menina não tivesse a oportunidade de ouvir a palestra na escola, saberia ela que era vítima de estupro dentro da sua própria casa, pelo padrasto? Quem vai defender essa menina? “Ah, mas não precisa de lei, porque nós precisamos educar conta a violência no geral”. Mas a Lei Maria da Penha não é um avanço enorme? “Ah, mas a violência segue grande”. Segue grande, mas imaginem sem a Lei Maria da Penha? Eu cresci ouvindo que em briga de marido e mulher ninguém mete a colher; felizmente, isso mudou. Felizmente, a gente mete a colher se tem uma vizinha gritando, a gente tem que meter a colher para que ela não seja a próxima vítima. E a escola, como parte desse processo, é fundamental. É disso que se trata a lei, e que bom que temos vereadores com pronunciamentos tão claros como o Pujol, o Janta e, obviamente, nós, do PSOL, que estamos a favor, porque, de fato, às vezes, me parece um retrocesso querer ideologizar algo que deveria ser um avanço civilizatório de todos: aceitar, reconhecer e respaldar iniciativas que ajudem cada vez mais a fazer a prevenção dentro de todos os locais. Depois alguém falou que o projeto é uma carta de intenções com conteúdo, etc. É claro! Só pode ser uma carta de intenções, porque os vereadores não podem fazer, primeiro, a organização do ensino, é uma carta de intenções de um programa guarda-chuva que a escola tem que organizar e ver como enquadrar no seu currículo. É evidente! Nós pensamos que a escola tem a sua autonomia, mas como diz o Ver. Cláudio Janta: ou nós ajudamos nessa luta civilizatória contra a violência ou é a barbárie. Uma pena que tenha gente que ainda defenda a barbárie.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 209/17.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde colegas vereadores e vereadoras, Ver. Cláudio Janta que comanda os trabalhos neste momento. Eu ouvi atentamente todas as manifestações dos meus colegas vereadores e vereadoras. Fiquei muito satisfeita com a providencia que o meu colega Ver. João Carlos Nedel tomou; de pronto ele assumiu essa mudança do termo machismo, termo esse que leva a um caráter ofensivo, e não é esse o objetivo do projeto. Então no momento em que o Ver. João Carlos Nedel colocou violência contra a mulher, eu vou ler para os senhores e senhoras, vejam bem (Lê.): “Estabelece diretrizes para ações que visem à valorização de mulheres e meninas e a prevenção e o combate à violência contra a mulher.” Nos soa diferente; teve um grande feito essa mudança do Ver. João Carlos Nedel.

Agora eu quero entrar numa outra questão, sobre leis. Eu ouvi aqui vários vereadores, e, num primeiro momento, eu entendo esse pensamento deles, mas eu vou contrapor essa questão. Não, nós não podemos legislar, transformar a escola, mexer... Só um momentinho: a lei é o início de tudo! A criação da lei é um processo civilizatório, a lei nos conduz a sermos civilizados. Vamos lá, com um pequeno exemplo. Quem de nós aqui, no passado, não passeava com seus cães sem coleira? Eu era uma! Passei a passear com meus cães com coleira em função da lei, porque mesmo eu achando que o meu cão labrador é mansinho, ele pode assustar uma senhora idosa, ele pode assustar uma criança. Veio a lei de forma correta, e as pessoas passaram a utilizar a guia, a coleira, para passearem com seus cães.

Outra questão: cinto de segurança. Eu confesso a vocês que tive muita dificuldade de usar cinto de segurança. Sou da geração que não usava, e eu gesticulo muito, eu me mexo, eu tenho pavor de me sentir presa num lugar. Com vidros elétricos e cinto eu sempre pensava: se der um temporal, uma chuva, uma inundação, a pessoa está trancada... Não adianta, é lei! Hoje eu carrego, no meu carro, todas as quintas-feiras, duas meninas, uma de oito e outra de seis anos, e elas me cobram: “Vovó, bota o cinto de segurança.” Elas colocam. É lei! Então, eu sinto muito, mas eu penso que essa questão da lei, com esses exemplos, está resolvida.

Agora vamos para outra questão. Nós vivemos a família ideal ou a real? A família ideal é aquela que passa valores, que passa ensinamentos de cuidado com o outro, de cidadania, de respeito. Mas não é assim, nós não temos a família ideal. As mulheres chefes de família, arrimo de família sustentam uma casa e muitas vezes não podem passar essa educação, esses valores para as crianças. Nós sabemos que a escola, na grande maioria das vezes, vai suprir essa lacuna; então eu acredito que o projeto tem uma intenção extremamente saudável e objetiva. A violência contra as mulheres existe. Nós vivemos aqui uma campanha, uma mobilização mundial pelo fim da violência contra as mulheres. Cresce o número de mulheres vítimas de homicídio no Brasil, e o feminicídio só aumenta. Em 2017 houve um aumento de 6,5% em relação a 2016 - isso

significa que uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil; 12 mulheres são assassinadas todos os dias em média no Brasil! São 4.473 homicídios dolosos, sendo que 946 são feminicídios, ou seja, casos de mulheres mortas por crimes de ódio. E aí eu fico cá com meus pensando que mal há em nós levarmos para dentro da escola uma cultura através da lei que, mais uma vez eu digo, é o início de tudo, é o processo civilizatório, é por aí que começamos a ser cidadãos, como disse o Janta: se não houver lei é a barbárie. Que mal há em nós ensinarmos as nossas crianças que é um crime ser violento com as mulheres? Ora, no mínimo, estaremos ajudando essas crianças que não têm pai, que não têm mãe, ou que muitas vezes eles existem, mas trabalham quase três turnos - um irmão cuida do irmão menor! Esta é a realidade. Não é o ideal. Eu pensei muito, eu escutei, eu ouvi, eu gostei da interferência do Ver. João Carlos Nedel, para não se tornar um termo ofensivo, não é este o objetivo. Eu penso que o projeto é extremamente importante para esta campanha contra a violência para com as mulheres que deve, sim, começar na educação de base. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 209/17.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, serei bastante rápido, mas me senti impelido a usar este espaço principalmente pelas falas das mulheres que se manifestaram aqui, da tribuna. A Ver.^a Mônica Leal foi muito feliz quando ela trata da questão como a instituição de um novo modelo de cultura. Sim, nós mudamos a sociedade a partir de preceitos culturais, e a instituição de uma nova cultura dentro das nossas escolas contribui significativamente para mudar a percepção da sociedade com relação a determinados temas. Eu concordo, portanto, e apoio integralmente o projeto da Ver.^a Sofia Cavedon, que vem a debater um assunto que nos é tão sensível: em pleno século XXI o Brasil lidere, na América Latina, em números absolutos, a quantidade de feminicídios – isso é terrível, nós precisamos mudar essa realidade. Nós precisamos buscar alternativas, estratégias e caminhos a serem tomados. E a escola não é o principal centro de educação, com isso eu concordo. O ambiente em que vive a criança, a sua família, as suas referências - quando eu digo família são as pessoas próximas a essa criança, seja um avô e uma avó, seja um pai e uma mãe, uma mãe e um padrasto, ou as múltiplas configurações familiares que temos atualmente; a família, sim, é provedora de educação, mas a escola tem o papel fundamental de complementação dessa educação e de visão de mundo. Portanto, temos, sim, muito a contribuir. E essa contribuição, muitas vezes, nos empurram, e, quando eu falo “nos empurram”, eu estou assumindo a posição da profissão que eu escolhi há 18 anos, a profissão de professor, de, sim, em momentos, confrontar os aspectos familiares e os dogmas que são colocados para as crianças. Por exemplo, em pleno século XXI é inaceitável que algumas famílias tipifiquem a mulher como propriedade do seu marido, isso é inaceitável – inaceitável! Ninguém é posse de ninguém! É por isso que nós temos,

dado esse aspecto, essa visão de mundo, que deve ser confrontada, esses casos de violência. Nós temos esses casos muito numerosos de feminicídio no nosso País. A escola precisa enfrentar esse tema, a escola precisa enfrentar essa visão de mundo, que deveria já ter sido superada; homens e mulheres, pares, indivíduos semelhantes, iguais em direitos e deveres, deveriam, em pleno século XXI, ter feito com que desaparecesse essa visão retrógrada de mundo dentro da ótica machista, masculina, de posse, de propriedade, da mulher que tem que dar satisfação, da mulher que tenha que obedecer cegamente o que o marido determina, caso contrário, baixa a porrada. Isso é inaceitável. E as nossas crianças precisam também de uma outra visão, uma visão que confronte esses temas quando chegam em sala de aula, porque nós, professores, não podemos aceitar e não podemos nos calar frente a essa realidade. Parabéns, Ver.^a Sofia Cavedon, a sua proposta qualifica os nossos espaços escolares. E eu, como professor, dada a minha pouca experiência no magistério – são apenas 18 anos –, percebo que nós precisamos ter independência nas escolas para determinação de seus currículos. Agora, este projeto não impõe, não institui, este projeto orienta, e é isso que nós precisamos, uma orientação clara de que é um tema sensível e que as escolas precisam, sim, ter liberdade, autonomia e autoridade para tratar desses temas. Um grande abraço a todos; e esperamos ter a aprovação deste projeto, que visa a contribuir com as nossas escolas.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 209/17.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todas e todos, eu também não pretendo usar os 5 minutos. Acho que a autora, a Ver.^a Sofia, já foi bastante feliz nos argumentos, mas vou tentar trazer alguns complementares. Primeiro, aprendi com a Ver.^a Sofia que nós não devemos intervir na autonomia escolar. E o projeto efetivamente não interfere, ele estabelece, como diz no seu art. 1º, diretrizes para que a escola seja esse lugar onde se tratam dos temas da vida. Vejam, talvez tenha sido o Ver. Elizandro Sabino que usou o microfone de apartes aqui dizendo que a escola tem que ensinar matemática, português e não pode falar de nada. A Ver.^a Sofia me lembra que a pessoa é obrigada, pela nossa legislação, dos 4 aos 17 anos, a ir para a escola. E muitos de nós defendem a educação em tempo integral. Ou seja, uma pessoa que vai ficar dos 4 até os 17 anos dentro de uma instituição, como é que não vai tratar dos inúmeros temas da vida? Ou seja, se o professor percebe um ato de discriminação, seja qual for o motivo, nem digo aqui violência contra a mulher – que é o tema de que estamos tratando –, mas qualquer discriminação, o que fará o professor? Ver. Prof. Alex, o senhor, em sala de aula, percebe uma discriminação, a pessoa discriminada, aluno ou aluna, lhe faz essa reclamação, e você dirá o quê? “Não posso tratar disso, aqui eu só ensino biologia, aqui não posso tratar do tema”. A pessoa diz: “Mas, olha, ele está me

chamando, está cometendo um crime aqui na sala de aula!” Você diz: “Não posso, aqui é só matemática, história... Eu não sei, esses dias, conversando com o Ver. Mendes Ribeiro, eu perguntei para ele, quando o professor de história chegar lá em 1964, ele vai ter que escolher o que ele vai dizer, se foi um movimento ou se foi um golpe; ele vai ficar entre duas, eu ainda não escutei outra expressão. Portanto, se ele falar movimento, ele já está vinculado ideologicamente.

E o Ver. Felipe Camozzato, que subiu aqui e fez agressões à Ver.^a Sofia, diz que ela está ideologizando. Eu acabei de ver que tem um projeto do Ver. Camozzato; posso não ter entendido todo o projeto, li só a ementa, está começando a discussão de pauta, mas é um projeto que diz - se eu entendi bem - que se o contribuinte discordar do valor atribuído pela Fazenda, ele poderá fazer um recurso obrigando a administração pública a justificar o porquê de ter atribuído aquele valor do imóvel para fins de imposto. Basicamente, o que eu entendi é isso, lendo a ementa. Mas isso já está, a administração pública é obrigada a motivar as suas decisões, então é puramente um projeto ideológico para dizer que está lutando em defesa do contribuinte.

Então, se nós entrarmos nessa, que não podemos aprovar um projeto, porque o projeto da Ver.^a Sofia é ideológico, olha, eu diria o seguinte: na pior das hipóteses - vou falar essa frase talvez me arrependendo dela -, reforça o tema da não discriminação. Então, não prejudicará em nada. Eu concordo com quem subiu aqui, acho estranho muitos vereadores, até vereadoras falam de vez em quando: “Ah, não é com lei que nós vamos resolver”. E foram ditos aqui os exemplos, antes da lei que regulamenta o uso do cinto de segurança, me parece que a Ver.^a Mônica Leal colocou bem esse tema, as pessoas não usavam cinto de segurança. Quantas vidas foram salvas fruto de uma lei? A lei é, estou roubando aqui a expressão do nosso 37º vereador, Luiz Afonso, o nosso diretor, que lembrou há pouco, a lei é um avanço civilizatório, é por onde nós chegamos aos consensos. Com todas essas divergências, com todas as limitações da democracia como nós a temos, se é que podemos chamar de democracia, porque é um processo, mas o fato é que nós não podemos estar tímidos em fazer lei, porque lei, sim, também é um instrumento pedagógico. Então fica o nosso apoio ao projeto da Ver.^a Sofia Cavedon. Acho que a emenda do Ver. Nedel não prejudica o projeto, traz o tema da violência, traz nitidez. A gente sabe que hoje a violência é física, mas pode ser patrimonial e psicológica, está lá na lei Maria da Penha; portanto, Ver. Nedel, dificilmente eu lhe faço um elogio, porque temos muitos embates estranhos nesta Casa, mas não tem problema nenhum, a sua emenda é bem-vinda. Espero a aprovação da emenda e do projeto. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o PLL nº 209/17. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Ver.^a Mônica. Gostaria de primeiro fazer um esclarecimento. Eu fico muito decepcionado em ver um doutor em direito, como o Ver. Marcelo Sgarbossa, tentar fazer uma avaliação do projeto só lendo a ementa! Porque não leste o projeto, Vereador? Eu espero muito mais de um doutor em direito do que ler a ementa para poder discutir a matéria, porque é inclusive desrespeitoso para o parlamento um doutor em direito fazer uma opinião sobre um projeto que ele não leu e não conhece. Mas dito isso, o Ver. Pujol falou sobre não ser inconstitucional o projeto, ser um projeto meritório e tudo o mais. Bom, o projeto, no final das contas, é inconstitucional, porque estabelece diretrizes, determina, portanto, sim, interfere na agenda, o que é uma atribuição específica do Executivo. Essa discussão foi feita aqui na tribuna pela Ver.^a Mônica Leal, da qual eu respeitosamente discordo, porque de fato ele fere a constitucionalidade estabelecida. E, além disso, por mais que a gente possa debater o valor do projeto, e foi debatido aqui até pela Ver.^a Fernanda, que inclusive falou que, de fato, se trata de uma carta de intenções, porque nós, no parlamento, não poderíamos fazer nada diferente. Está se tentando fazer uma coisa diferente. E a fala da Fernanda, inclusive, justificou a minha fala, uma vez que ela termina dizendo que: ou você é a favor da civilidade e vota a favor desse projeto ou você é a favor da barbárie e vota contra este projeto, o que, logicamente, me deu razão ao subir e dizer que um projeto, sem nenhuma atuação prática, se tornaria, portanto, um panfleto ideológico, visando a rotular aqueles que fossem contrários. A Fernanda aprovou meu ponto de vista ao fazer a sua fala desse jeito. E se não há, na opinião da Ver.^a Fernanda, formas de atuar de maneira prática para combater a violência contra a mulher, eu deixo aqui sugestões. Tenho sugestões, PT e PSOL, para atuação prática contra a violência contra a mulher. Parem de passar a mão e dinheiros para ditaduras que sequer reconhecem mulheres como cidadãs, parem de interferir nos orçamentos das polícias e da justiça, de interferir nos projetos de lei que aumentam as penas e o rigor da punição da violência contra as mulheres e contra qualquer outro cidadão. Sejam a favor, por exemplo, da PEC, muito bem lembrada pela Ver.^a Comandante Nádia, que fazia com que houvesse punição para menores de idade estupradores e para cometedores de delitos contra as mulheres. Aliás, o caso do Champinha, naquela ocasião, foi conhecido nacionalmente. Um cidadão que tortura, estupra e comete homicídio múltiplo. Depois foi defendido pelo PT e pela Deputada, naquele imbróglio na Câmara Federal em que todos ficaram conhecidos, porque não conseguiram ser a favor de um projeto que pudesse punir, com mais rigor, esse tipo de caso. Apoiem a ampliação do sistema prisional, apoiem medidas de segurança pública que ofereçam mais rigor. Isso é atuação prática. Vocês são legislativo aqui, vocês não podem por meio de projeto de lei, votem a favor das emendas chamando concurso para a Guarda Municipal, que já está atuando de maneira mais ostensiva na Cidade de Porto Alegre. Esse governo municipal tem acertado nisso, ao tornar a nossa Guarda Municipal mais ativa nas ruas. Esses são exemplos de uma atuação mais ativa; aliás, preocupados novamente com a qualidade da nossa educação, com o que concordo, o projeto em si, eu não teria divergência nenhuma em educar as nossas crianças para combater violência. Aliás, quem é que tem divergência com isso? Agora, não me venham fazer com que o plenário se dobre de

joelhos para colocar vocês como os salvadores da pátria, os humanistas, e quem discorda de um projeto que não altera nada, num sentido prático, como é a minha crítica, seja o violento, o machista e tudo mais, como a Ver.^a Fernanda me provou ser a intenção ao fechar a sua fala desse jeito: ou é a favor da civilidade, sendo a favor do projeto, ou é a favor da barbárie. Que falsa dicotomia, que falsa dicotomia! Então, até posso, assim como já fiz em outros projetos, dar meu voto a favor de projetos desse tipo, Ver. Pujol, até posso, mas que fique claro que esse projeto não resolve absolutamente nada. A única coisa que vai resolver vai ser é dar um *post* para Sofia no Facebook, levantar a bandeira nos seus movimentos sociais junto às mulheres, de que ela ajudou a defender alguma coisa, mas, na prática, o que vai mudar, Comandante Nádia; o que vai mudar, Ver. Pablo?

É, começa pelo respeito na divergência ideológica, porque esse projeto é ideológico. É uma pena, porque vejo alguns colegas aqui não reconhecendo a agenda ideológica por traz de projetos que não oferecem nada de prático para o cidadão de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 209/17.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Sra. Presidente, Ver. Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, o Ver. Paulinho Motorista já havia falado em meu nome também, mas ouvindo algumas manifestações, muito rapidamente, vou dizer o seguinte: voto favoravelmente ao projeto. E, por outro lado, eu conversava hoje pela manhã com a Ver.^a Sofia, e disse eu sou contra o projeto que diz Escola sem Partido. E se é nesse sentido, voto contra. Eu acho que as escolas têm que ter todos os partidos, e não nenhum. Cada um com a sua posição, respeitando a dos demais. A escola é um lugar de debate e de construção, até da personalidade humana. Com relação ao projeto em si, eu li, há pouco tempo, uma notícia de que no Brasil, Ver.^a Sofia, 500 mil meninas e meninos por ano sofrem exploração sexual - isso também é um crime bárbaro. Portanto, todo o projeto que busque trazer algumas determinações que vise a olhar de perto e até punir aqueles que se portam contra mulheres, crianças, jovens, negros, índios têm o meu apoio. Portanto, voto, meu querido Ver. Pujol, favorável, e o Ver. Paulinho Motorista também me afirmou e veio aqui à tribuna dizer que votaremos favoravelmente. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 209/17.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Um minutinho, porque tem coisas que são demais, não é?! O Ver. Felipe Camozzato acho que parou no tempo da Guerra Fria. Vereador, quero lhe dizer que os anos já passaram. Quem falou em barbárie foi o Ver. Cláudio Janta; eu repeti a intervenção do Ver. Cláudio Janta, que achei brilhante, reconheço, mais uma vez elogio publicamente a intervenção dele, mas quem usou o termo barbárie foi o Ver. Cláudio Janta. Ele não faz isso porque é uma mulher, ele faz isso porque é o PSOL, eu acho, não sei, talvez seja os dois, mas pouco me importa. Pode ter parado no tempo da Guerra Fria, mas nós não vamos nos intimidar, tampouco fugir desses debates rasteiros que ele tenta trazer como cerne do debate, inclusive sobre o nosso apoio a ditaduras. Eu não sei qual! Quem apoia a Arábia Saudita, que desrespeita a mulher, são os Estados Unidos, o governo que ele adora ficar puxando o saco, não é o PSOL; ao contrário, quem repudia as barbáries que fazem às mulheres no Irã somos nós, mulheres do mundo inteiro, lutando junto com as nossas irmãs. Então, assim: menos.

Em terceiro lugar, sobre a questão de progressão de pena, o vereador foi um dos primeiros a dizer que não precisa de recorte específico na lei, mas talvez ele não saiba, porque às vezes a ignorância não tem fim: ao definir feminicídio, aumenta a pena para o assassino de mulheres. Esse era um dos elementos que nos levou a lutar para ter uma lei específica que colocasse os pingos nos is: agravante de pena. Então, não fale bobagem, não fale em nome do PSOL daquilo que tu não sabes. Eu sei que, na prática, isso significa medo que as nossas ideias de auto-organização, de mobilização se fortaleçam. Pois pode crer que lutaremos até o fim para isso.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 209/17.

VEREADOR ELISANDRO SABINO (PTB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhores e senhoras, aos que nos assistem também pela TV Câmara. O tema aqui, sempre quando entra na discussão de temas dessa natureza, acaba... E o Ver. Alex trouxe de forma muito “cirúrgica” a questão, e a Ver.^a Fernanda também, a questão da ideologia para dentro desse debate. E nós temos que olhar além de ideologias, os temas que são importantes a serem combatidos nas escolas. Além das ideologias; além do PT, além do PSOL, do PTB, do DEM, além, ou seja, não trazemos...

(Aparte antirregimental do Ver. Marcelo Sgarbossa.)

VEREADOR ELISANDRO SABINO (PTB): O que foi, Ver. Marcelo? Tem a liberdade de usar o microfone de apartes, se o senhor quiser se manifestar, por gentileza, e o Ver. Camozzato lhe deu um título muito honroso, diga-se de passagem.

A questão está sendo tratada, *stricto sensu*, quando na verdade, o problema é global, é *lato sensu*, combate às drogas nas escolas, combate à discriminação e preconceito nas escolas, combate à violência - a frente parlamentar que está tratando - nas escolas. São tantos os combates que devem ser suscitados, estimulados, trabalhados nas escolas, pelo corpo docente, pela Secretaria Municipal de Educação, pelos professores. Agora, o projeto de lei que, inicialmente, diz: determina - vício de origem; aí tem uma emenda, a emenda nº 01 ao PL, que diz: estabelece diretrizes - continua ferindo e trazendo vício de origem, e não é prerrogativa do vereador estabelecer diretrizes. Isso é estabelecido pela Secretaria, isso é estabelecido pelo Secretário, pelo Plano Municipal de Educação. Portanto, o projeto, como disse a Comandante Nádia, em que pese seja meritório, há vício! E aqui nós estamos tratando uma questão: primeiro, legislativa, jurídica, eminentemente jurídica, há equívoco no projeto. E nós podemos nos furtar disso! Há um equívoco no projeto. E é por isso que eu encaminho e vou votar contra. Há um equívoco no projeto! E segundo, o Ver. Camozzato, no seu ímpeto, como sempre, disse que não resolver o problema. Bem, são tantos os problemas que temos na nossa educação. Quando digo que a escola é lugar de ensinar - o Ver. Marcelo Sgarbossa citou o meu nome, a minha fala no microfone de apartes, - é lugar de ensinar matemática, português, geografia, história, já que temos tantas dificuldades na rede de ensino nesse sentido, não é ensinado como deveria. Infelizmente, a nossa luta está acima, é global, é *lato sensu*, é maior, quando, na realidade, nós entendemos que seja o combate à violência feminina ou até mesmo ao machismo, o combate às drogas, o combate à discriminação e preconceito, à violência nas escolas isso é um tema permanente, que não é objeto - não deve ser - de um projeto legislativo por vício de origem. Um indicativo seria diferente, um indicativo seria de uma análise salutar e teria verossimilhança. Mas neste caso, com todo o respeito, há equívoco, é vício de origem, e nós não podemos... Eu encaminho no sentido de que votaremos contra.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar o PLL nº 209/17.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Vou ser bem breve no encaminhamento, Presidente. Novamente, vou frisar aqui, como mulher, sou uma das primeiras aqui no Rio Grande do Sul a ter ações afirmativas. O que estou falando aqui é que vejo muito blá-blá-blá, muita fala, fala que o outro tem que fazer, que temos que fazer, mas ações concretas para terminar a violência contra a mulher a gente não vê. Nós vemos as pessoas falando que tem que conversar sobre a violência contra a mulher. Nós temos que fazer o que fizemos aqui quando aprovamos a comissão interna contra a violência escolar. Ponto. Violência escolar, o que significa? Violência contra a menina, violência contra menino, violência contra pessoa com deficiência, sem deficiência, é o geral. A partir do momento que nós dividimos, que nós segmentamos é mais preconceito que se cria. Nós temos que parar com esse blá-blá-blá, essa conversinha de

que “ah, pobrezinha da pessoa com deficiência, pobrezinho do negro, pobrezinho do índio”. Eu já falei outro dia, e o Ver. Robaina disse que eu agora quero o politicamente incorreto, isso saiu da boca dele. Eu quero é que pare com o politicamente correto, que as pessoas que usam certas palavras não sejam apontadas como machistas, como racistas. Chega! Nós estamos aqui para trabalhar para o povo de Porto Alegre, não para fazer demagogia barata. Eu quero saber de que forma concreta esse projeto vai fazer com que acabe a violência contra a mulher, assim como eu criei a patrulha Maria da Penha, que, concretamente, acabou com a violência contra aquelas mulheres que têm medida protetiva de urgência. É muita falação e pouca ação, por isso se diz que é um parlamento, pelo jeito, não é? Como eu venho do Executivo, nós temos o problema e resolvemos! Não ficamos só na conversinha. É isso que eu venho pedir aos vereadores: vamos ter ações concretas, como a que todos aqui aprovaram por unanimidade – o não à violência escolar, que engloba o não à violência à criança, à menina, ao idoso, que engloba a não violência ao negro, ao branco, ao índio. Nós não podemos ser marxistas, gente, não podemos ficar dividindo as pessoas em classes, em quadradinhos: todos somos humanos. Todos temos o direito à paz, à tranquilidade, à segurança, independentemente de ser homem, mulher, se tem deficiência ou se não tem, é isso o que eu prezo. Na segurança pública, na Brigada Militar, não olhamos a quem, apesar de muitos que estão aqui hoje defendendo esse projeto seriam os primeiros a gritar que querem o fim da Brigada Militar, que querem o fim da polícia militar, exatamente aquela que combate a violência contra a mulher. Não dá para entender um negócio tão antagônico: eu quero não à violência contra a mulher, Presidente, mas eu quero o fim da polícia militar, o que, concretamente, acaba com o fim da violência contra a mulher.

Há muita demagogia neste parlamento. Pouca ação afirmativa, pouca ação concreta e muito blá-blá-blá. Eu vou votar contra. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 209/17.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Eu peço desculpas aos vereadores que gostariam de encaminhar, não estava encaminhando em função de vários que vão construir a vitória desse projeto, mas eu preciso responder a algumas questões objetivamente. Primeiro, que nos acusam de não apoiar, de não promover leis mais rígidas - acusam indevidamente. A lei que colocou o feminicídio como crime hediondo, é lei, sim, sancionada pela Presidente Dilma, construída pelos movimentos de mulheres, no período do nosso governo. Ou seja, é crime inafiançável, Camozzato, ele terá que ser cumprido. Mais: essa lei aumentou a pena da violência contra a mulher, do feminicídio, quando for gestante, quando for menina menor de 14 anos, quando for na presença de crianças, como aconteceu a última morte de mulher aqui no Rio Grande do Sul na frente dos filhos - o caso que contei agora, que aconteceu em Novo Hamburgo. E se alguém que acha – lamentavelmente uma mulher acha – que é blá-blá-blá uma

iniciativa que enfrenta e denuncia a violência e o racismo, ainda não entendeu nada! E não tem nada de empatia com as mulheres. E é muito triste ouvir isso de uma mulher, muito triste; ao mesmo tempo em que eu chorei ouvindo aqui falas de homens maravilhosos, que vieram a esta tribuna nesta tarde. Lamentavelmente, Ver.^a Comandante Nádia, que ocupou a Procuradoria da Mulher, colocou na condição de ti-ti-ti, de politicamente correto. Como assim politicamente correto? Não se tratam de falsas posturas, não se tratam de sepulcros caiados, nós queremos posturas éticas e democráticas e que respeitem, de fato, as mulheres, e não apenas um discurso politicamente correto. E o projeto de lei não é um projeto demagógico, ele não é ideológico, Ver.^a Fernanda, nossa Procuradora, porque direita e esquerda discutem aqui que são contra a violência contra a mulher. Na verdade, é um projeto que dá consequência à prevenção, e aqui estão sendo exaltadas apenas medidas de coibição, de punição, e nós queremos investir na prevenção, Camozzato, Nádia, na prevenção! Nós não queremos mais mulheres dando “trabalho” à Maria da Penha e à Brigada, porque foram violentadas; nós queremos construir a prevenção; queremos, sim, construir homens e mulheres democráticos. Nós não queremos mais nenhuma mulher vítima de violência. Para isso é preciso prevenir, é preciso mudar a cultura. Nós concordamos com todas as medidas pós-evento, pós-violência, mas onde estão as medidas preventivas, as que mudam a vida das mulheres, vereador querido, Ver. Dr. Goulart, nosso médico? Elas ainda estão muito ausentes, elas ainda não mudaram a formação dos nossos meninos e meninas; nós não mudamos. Eles continuam se formando e sendo reproduzidos como machistas, e nós estamos concordando. Ver. João Carlos Nedel, te agradecendo e te abraçando, pois a tua emenda: “onde se lê ‘machismo’”, leia-se violência contra a mulher”, exatamente para não dar nenhuma conotação ideológica, mas para trabalhar, sim, a prevenção. Nós queremos erradicar a violência contra a mulher. Eu sei que essa Casa pode dar uma contribuição decisiva. Quero agradecer o excelente debate que tivemos nessa tarde e que possamos fazer isso pela vida das mulheres e das meninas.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 209/17.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, senhoras e senhores vereadores, essa Casa é uma Casa para criar leis; essa Casa é uma casa para debater, é parlamentar, o nosso papel aqui é discutir o tempo que for necessário. Nós fomos às ruas, às casas, às praças, às avenidas, pedir para a população de Porto Alegre, seja qual for o segmento, para virmos para cá e lhes representar, sermos as suas vozes aqui dentro, e debatermos temas de interesse da Cidade.

O que nós não podemos, aqui nessa Casa, é trazer o espírito do nosso Estado, um espírito que muitas vezes nos leva a ter índices negativos em várias

questões, o espírito maragato e chimango, o espírito da grenalização, um espírito que não nos leva a nada.

Uma matéria simples como essa aqui, ao meu entender, foi corrigida a palavra machismo. Agora, se nós vamos lavar as mãos de ensinar, de respeitar, de ser solidário, de uma criança aprender, nós estamos rasgando tudo que se diz aqui! Tudo que se fala em democracia, tudo o que se fala que um Parlamento tem que fazer, tudo que se fala que tem que se ensinar para uma criança. “Ah, porque o pai e mãe têm que ensinar!” Um pai e uma mãe que trabalham 12, 14, 16 horas por dia têm que ensinar? O papel de uma escola é ensinar que dois mais dois são cinco! Esse é o papel de uma escola. O papel de uma escola, de um país civilizado, um país decente é formar cidadãos. O cidadão se forma aprendendo as coisas. “Ah, o projeto é inconstitucional!” Mas quase tudo o que nós fizemos nesta Casa é inconstitucional! Quase tudo. Eu estou sendo processado - processado -, porque vim aqui denunciar que uma empresa não paga em dia o salário dos funcionários, aqui neste púlpito que me garante imunidade parlamentar. A empresa não paga os seus funcionários e me processa! Talvez ela pense que vai me calar. Perdeu já em primeira e perdeu em segunda instância, espero que ela recorra para perder em terceira também; vai perder na quinta também, porque eu fui eleito para cá para defender o povo de Porto Alegre! Eu fui eleito para ficar aqui nesta Casa, para discutir e debater. E eu acho que tem que ensinar as crianças... Eu volto a dizer: se eu fosse pelo Seu Alfredo, meu pai, uma pessoa que eu amo, que eu admiro, com quem muito aprendi, a minha esposa ia estar em casa cuidando da minha filha, Ver. Pujol. Meu pai dizia que mulher dele não trabalhava; hoje ele se arrepende... Foi com a Professora Diná que eu aprendi que mulher tem que trabalhar, professora que me dava aula na Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Oscar Tollens, Ver. Medina. Ela que me disse que meu pai estava errado, que mulher tinha que trabalhar. E assim foi indo. É na escola que a gente aprende as coisas. Os pais orientam os filhos, mas é o professor que é nosso segundo pai, nossa segunda mãe. Quem não se lembra do seu período de escola, na 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª série? É essa formação de que nós estamos falando, para dizer que tem que respeitar a mulher; para dizer que tem que puxar a cadeira para a mulher sentar, que não é só na conquista; que tem que abrir a porta do carro; para dizer que tem que falar palavras amenas para as mulheres, porque a mulher gosta de ouvir palavras carinhosas e não aqueles chavões, como aquele que diz: em mulher não se bate nem com uma flor. Muitas vezes não é nem bater - as palavras ferem muito mais do que um tapa. Volto a dizer que não precisamos de lei para obrigar as pessoas a usar cinto de segurança, Ver. João Bosco; não precisamos de lei para as pessoas não fumarem em bares, restaurantes e boates; não precisamos de lei, não precisa aquelas pessoas, dentro dos ônibus e aviões, dizerem que não podemos fumar porque tem sensor de fumaça. Volto a dizer, Ver. Felipe Camozzato, que nós fizemos leis para não ter barbárie, porque está na lei, está lá nos mandamentos: não roubarás, não matarás! Temos leis que punem as pessoas que roubam e que matam! Temos leis! Então, nós temos que ter uma lei, Ver.^a Comandante Nádia, que ensine as crianças a respeitar as mulheres, que ensine as crianças a não chamar meu amigo Roth, do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre, de pipoca! Jogou comigo, estudou comigo,

morou no Partenon, Ver. Oliboni, estudou na Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Oscar Tollens, no colégio Murialdo. Nós íamos jogar bola, e chamavam o Roth de pipoca porque é manco de uma perna! Olha quanto *bullying* fizemos com o Roth! Tem que nos ensinar a respeitar. Eu sofri *bullying* porque era gago! E aí vai! Isso tem que estar na lei, gente, porque senão vamos viver em uma barbárie! Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato e pela Ver.^a Comandante Nádia, a Emenda nº 01 ao PLL nº 209/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 20 votos **SIM** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 02 ao PLL nº 209/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal) **APROVADA** por 21 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLL nº 209/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 15 **SIM**, 05 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Declaração de Voto firmada pelo Ver. Reginaldo Pujol (Lê.): “Meu voto é contrário à violência contra a mulher e, também, contra o homem e, no geral, contra o ser humano na sua integralidade. Não endosso os termos da exposição de motivos e nem ao objeto do projeto, enriquecido pelas Emendas, especialmente a firmada pelo Ver. João Carlos Nedel.”

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Antero Alt.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 074/17 por uma sessão.

(O Ver. Cláudio Janta reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Em votação Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Aprego a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, ao PLL nº 188/17.

Aprego a Emenda nº 02, de autoria do Ver. João Carlos Nedel e da Ver.^a Fernanda Melchionna, ao PLL nº 188/17.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 01 e 02 ao PLL nº 188/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Subemenda 01, de autoria do Ver. Moisés Barboza, à Emenda nº 01 ao PLL nº 362/17.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Cassiá Carpes e do Ver. João Carlos Nedel, ao PLL 078/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 078/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Márcio Bins Ely, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 07, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 15, 20 e 21 ao PLE nº 010/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria de diversos vereadores, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 87, 88, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 103 e 105 ao PLE nº 010/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria de diversos vereadores, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 77, 78, 79, 84, 85, 86, 107 ao PLE nº 010/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria de diversos vereadores, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 84, 106, 107 ao PLE nº 010/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria de diversos vereadores, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127 ao PLE nº 010/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria de diversos vereadores, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 51 a 61; 131 a 133 ao PLE nº 010/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria de diversos vereadores, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 22 a 35 ao PLE nº 010/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria de diversos vereadores, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 66, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76 ao PLE nº 010/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria de diversos vereadores, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 01 a 05; 36; 81 a 83; 107 a 108; 110; 112 a 114; 118 a 130 ao PLE nº 010/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria de diversos vereadores, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 62 a 65 ao PLE nº 010/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dez vereadores presentes. Não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h30min.)

* * * * *